

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 003/2020-PGJ-CGMP, DE 14 DE MAIO DE 2020.**

Orienta em relação ao comparecimento em audiências e júris em razão do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo art. 10, inciso XII, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 17 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, pelos arts. 16, *caput*, e 18, X, ambos da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 145, de 22 de abril de 2010, e pelo art. 2º, inciso IV, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

CONSIDERANDO a expectativa de propagação de coronavírus, família de vírus que causa infecção respiratória, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, e a declaração de pandemia mundial em 11 de março de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o reconhecimento de estado de calamidade pública pela Presidência da República, bem como o reconhecimento desta mesma situação pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e estado de emergência pelo Município de Campo Grande;

CONSIDERANDO a Resolução nº 313, de 19 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de plantão extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo coronavírus e garantir o acesso à justiça neste período emergencial, com alterações promovidas pelas Resoluções nº 314, de 20 de abril de 2020, nº 317, de 30 de abril de 2020 e nº 318, de 7 de maio de 2020, que prorrogou os prazos de vigência das Resoluções nº 313 e nº 314 para o dia 31 de maio de 2020.

CONSIDERANDO que a recomendação é no sentido da suspensão dos atos processuais que exijam a presença física, tais como audiências, ressalvada a possibilidade técnica e processual de sua realização por meios tecnológicos disponíveis;

CONSIDERANDO que diversos tribunais suspenderam as audiências e sessões de julgamento em 2º grau e júris com réus presos, como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região e os Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, do Acre, do Rio Grande do Norte e da Paraíba;

CONSIDERANDO a instituição do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Resolução nº 7/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, em que se estabeleceu o regime de teletrabalho obrigatório para todos os membros, servidores e estagiários da Instituição;

CONSIDERANDO que todas as recomendações dos órgãos e Poderes são no sentido do isolamento social de todos os cidadãos, os quais não devem sair de casa para trabalhar, fazer atividades físicas, religiosas, entre outras, sugerindo a saída somente para a compra de equipamentos para a subsistência básica;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos membros do Ministério Público, dos Magistrados, servidores, terceirizados, colaboradores e jurisdicionados;

CONSIDERANDO que diversos Magistrados suspenderam as audiências e júris de réus presos com base na fundamentação acima, mas remanescem outros tantos realizando audiências, com a obrigatoriedade da presença física

das partes e dos jurisdicionados,

RECOMENDAM aos membros do Ministério Público, resguardado o princípio institucional da independência funcional, sem caráter vinculativo:

Art. 1º A dispensa do comparecimento físico a atos presenciais no âmbito do Poder Judiciário, como sessões de julgamento administrativas e judiciais dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça, das Turmas Recursais e dos Tribunais do Júri, audiências de custódia, audiências de réus presos e adolescentes em conflito com a lei, ressalvada a participação por videoconferência, até 31 de maio de 2020, ou até data que se fizer necessária.

Art. 2º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 14 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

PORTARIA Nº 1681/2020-PGJ, DE 12.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4523/2019-PGJ, de 3.12.2019, publicada no DOMP nº 2106, de 5.12.2019, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça, referente ao ano de 2020, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS CEL.: 98478-2122
11 (18h01min) a 18.5.2020 (7h59min)	Sergio Fernando Raimundo Harfouche

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS CEL.: 98478-2122
11 (18h01min) a 18.5.2020 (7h59min)	Sara Francisco Ricarte

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1700/2020-PGJ, DE 13.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça de Eldorado, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Notícia de Fato nº 01.2020.00001711-0, em trâmite perante a comarca de Sete Quedas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1701/2020-PGJ, DE 13.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Christiane de Alencar o 1º período de férias, que seria usufruído de 24.6 a 13.7.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1703/2020-PGJ, DE 13.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Antenor Ferreira de Rezende Neto	2019/2020	20	27.4 a 16.5.2020
Bolivar Luis da Costa Vieira	2019/2020	10	4 a 13.5.2020
Luiz Eduardo Lemos de Almeida	2019/2020	30	25.5 a 23.4.2020
Mariana Sleiman Gomes	2019/2020	30	4.5 a 2.6.2020
Paulo César Zeni	2018/2019	30	11.5 a 9.6.2020
Thiago Barbosa da Silva	2019/2020	30	1º a 30.5.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1723/2020-PGJ, DE 14.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1608/2020-PGJ, de 6.5.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de maio de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
1º a 3.5.2020	1ª PJ de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
23 e 24.5.2020	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
30 e 31.5.2020	PJ de Eldorado	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
1º a 3.5.2020	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
23 e 24.5.2020	PJ de Sete Quedas	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
30 e 31.5.2020	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1709/2020-PGJ, DE 13.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores ocupantes de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestarem serviços nas unidades de exercício abaixo indicadas, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: SETOR DE MANUTENÇÃO E SUPORTE		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Megaron Molossi	Analista/Arquiteto	11.5.2020
Paulo Matias Guimarães	Técnico II	11.5.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1713/2020-PGJ, DE 13.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 12.5.2020, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Pedro Antonio Bozzio da Silva, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1714/2020-PGJ, DE 13.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thyago Gonçalves Vieira, Chefe de Núcleo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão para implantação de ambiente de Educação a Distância (EaD) na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; e tornar sem efeito a Portaria nº 1566/2020-PGJ, de 4.5.2020, na parte que designou o servidor Marcelo Mendes do Amaral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0076/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Protocolo nº 02.2020.00025880-6, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 07 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 26/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000052-9** - 6ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande - AGETTRAN e o município de Campo Grande - Assunto: Promover a acessibilidade de pessoas com deficiência visual mediante a instalação de semáforos com dispositivos sonoros nas vias públicas de grande circulação de Campo Grande/MS - Lei Municipal nº 4.365, de 22 de março de 2006. (PP nº 19/2015, migrado para o SAJMP).
- 2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000406-9** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Moacir Bentamin e o município de Ponta Porã - Assunto: Apurar infringência às normas de postura urbanística e sanitárias relativas à criação de animais de grande porte no Bairro Jardim Estoril, bem como fiscalizar a atuação do município de Ponta Porã para solucionar a questão.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2017.00000188-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar as causas buscando-se a responsabilização dos responsáveis pela falta de conservação e manutenção de prédio público municipal denominado Centro Internacional de Convenções em Ponta Porã.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2017.00001305-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes - Assunto: Averiguar eventual descumprimento à Lei nº 1.947, de 11 de novembro de 1963, qual versa sobre a criação do município de Bandeirantes.
- 5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001631-8** - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual falta de atendimento médico no Assentamento Estrela, situado no município de Jaraguari/MS, conforme narrado em manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual nº 11.2018.00000046-9.
- 6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002686-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Almir Fagundes e o município de Angélica - Assunto: Apurar eventual cedência do Vereador Almir Fagundes, pela Secretaria Estadual de Educação, para prestar serviços ao município de Angélica.
- 7) Inquérito Civil nº 06.2018.00003295-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mauri Martins Bueno - Assunto: Apurar possível desmatamento de 2,13 ha, ocorrido na Fazenda Pulador e São Pedro, inscritas no CARMS nº 11.566, localizada em Bandeirantes/MS.
- 8) Inquérito Civil nº 06.2018.00003299-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Dumas Torraca Sobrinho - Assunto: Apurar possível desmatamento de 3,94ha, ocorrido na fazenda Menarka, inscrita no CARMS sob o nº 18.970, localizada em Bandeirantes/MS.
- 9) Inquérito Civil nº 06.2019.00000055-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eduardo Moreira Jacques - Assunto: Apurar irregularidades ambientais na fazenda Princesinha-III, consistente no desmatamento de 92,1208 hectares de vegetação nativa, sem autorização dos órgãos ambientais.
- 10) Inquérito Civil nº 06.2019.00000057-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades ambientais na propriedade rural localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 31 53.483 S 20 45 36.611, consistente no desmatamento de 31,112 hectares de vegetação nativa e, ainda, 19,5551 hectares em área de preservação permanente.
- 11) Inquérito Civil nº 06.2019.00000090-8 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina.
- 12) Inquérito Civil nº 06.2019.00000437-0 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina.
- 13) Inquérito Civil nº 06.2019.00001209-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eric Jan Roorda - Assunto: Apurar o armazenamento e utilização de agrotóxicos com data de validade vencida na fazenda Procomp/Cedro, de propriedade do requerido, município de Aral

Moreira.

14) Inquérito Civil nº 06.2020.00000533-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: C Vale Cooperativa Agroindustrial - Assunto: Apurar a notícia de descumprimento de medidas sanitárias e de exposição de consumidores à situação de risco a saúde, relativamente aos fatos versados no Auto A 50478 emitido pela Vigilância Sanitária de Naviraí, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

15) Inquérito Civil nº 06.2020.00000536-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: J Chagas Alimentos Ltda. - Assunto: Apurar a notícia de descumprimento de medidas sanitárias e de exposição de consumidores à situação de risco a saúde, relativamente aos fatos versados no Auto A 50479 emitido pela Vigilância Sanitária de Naviraí, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

16) Inquérito Civil nº 06.2020.00000588-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia da ilegalidade do Edital nº 001/2020 de Teste Seletivo Simplificado para contratação temporária de profissional para suprir ausência de servidor efetivo no cargo de Advogado da Câmara Municipal de Naviraí, face ao disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Campo Grande, 13 de maio de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 0013/2020/CGMP/MS

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que, em razão da pandemia do Covid-19, a visita correcional do Corregedor-Geral do Ministério Público nas Promotorias de Justiça abaixo relacionadas será realizada por meio de teleconferência:

DATA	HORÁRIO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
18.5.2020	15h	1ª PJ Chapadão do Sul
18.5.2020	16h	2ª PJ Chapadão do Sul
19.5.2020	15h30	1ª PJ Cassilândia
19.5.2020	15h30	2ª PJ Cassilândia

Informações, elogios e/ou reclamações poderão ser encaminhadas para o *e-mail* corregedoria@mpms.mp.br.

Campo Grande, 14 de maio de 2020.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA

Corregedor-Geral do Ministério Público

SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTARIA Nº 1728/2020-PGJ, DE 14.5.2020.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Tornar pública, conforme o Anexo desta Portaria, a relação das diárias pagas no período de 1º a 30.4.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

DIÁRIAS PAGAS AOS SERVIDORES E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL NO MÊS DE ABRIL/2020

Amparo legal: Resoluções nº 009/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, e nº 003/2011-PGJ, de 21 de março de 2011.

Processo	Nome	Cargo	Período	Trecho	Transporte	Motivo	Valor da Passagem	Nº diárias	Valor total diárias
1121	Antonio Siufi Neto	Corregedor-Geral Substituto do MPMS e Coordenador do CAO das PJs do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais	17 e 18.3.2020	Campo Grande / Pedro Gomes e Sonora / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar correção ordinária	-	1,5	R\$ 1.241,18
1176	Reynaldo Hilst Mattar	Promotor de Justiça e Assessor Especial da CGMP	17 e 18.3.2020	Campo Grande / Pedro Gomes e Sonora / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar correção ordinária	-	1,5	R\$ 1.179,12
1215	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	17.3.2020	Dourados / Caarapó / Dourados	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 163,90
1215	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	19.3.2020	Dourados / Caarapó / Dourados	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 163,90
1216	Cenir Teodoro Vieira	Analista / Engenheira Florestal	18.4.2020	Campo Grande / Ribas do Rio Pardo / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica requerida na Solicitação de Apoio Técnico nº 1406	-	0,5	R\$ 204,88
1216	Rafael Cezar Cavaretto	Analista / Biólogo	18.4.2020	Campo Grande / Ribas do Rio Pardo / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica requerida na Solicitação de Apoio Técnico nº 1406	-	0,5	R\$ 204,88
1216	Wagner Antonio Figueroa Turini	Auxiliar / Motorista	18.4.2020	Campo Grande / Ribas do Rio Pardo / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Cenir Teodoro Vieira e Rafael Cezar Cavaretto para realizarem vistoria técnica requerida na Solicitação de Apoio Técnico nº 1406	-	0,5	R\$ 163,90
1228	Megaron Molossi	Analista / Arquiteto	18 e 19.3.2020	Campo Grande / Paranaíba e Três Lagoas / Campo Grande	Veículo oficial	Fiscalizar os serviços de pintura, instalação de gradil e fechamento de divisórias de gesso acartonado no prédio das Promotorias de Justiça da comarca de Paranaíba, bem como acompanhar os serviços de pintura do prédio das Promotorias de Justiça da comarca de Três Lagoas	-	1,5	R\$ 614,63
1228	Mauro da Cunha Duarte	Auxiliar / Motorista	18 e 19.3.2020	Campo Grande / Paranaíba e Três Lagoas / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Megaron Molossi para fiscalizar os serviços de pintura, instalação de gradil e fechamento de divisórias de gesso acartonado no prédio das Promotorias de Justiça da comarca de Paranaíba, bem como acompanhar os serviços de pintura do prédio das Promotorias de Justiça da comarca de Três Lagoas	-	1,5	R\$ 491,70
1230	Sandra de Campos	Auxiliar / Administrativo	16 e 17.3.2020	Campo Grande / Paranaíba / Campo Grande	Veículo oficial	Devolver material emprestado utilizado na exposição do Memorial do MPMS	-	1,5	R\$ 491,70
1230	Jose Claudio Vieira Neto	Auxiliar / Motorista	16 e 17.3.2020	Campo Grande / Paranaíba / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Sandra de Campos para devolver material emprestado utilizado na exposição do Memorial do MPMS	-	1,5	R\$ 491,70
1231	Thaís da Silva Rodrigues	Chefe do Núcleo de Atividades Complementares	13.3.2020	Campo Grande / Terenos e Anastácio / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar os serviços de adequação do imóvel locado que abrigará a Promotoria de Justiça da comarca de Terenos e realizar verificação técnica de terreno para possível locação sob medida na comarca de Anastácio	-	0,5	R\$ 163,90
1231	Jose Claudio Vieira Neto	Auxiliar / Motorista	13.3.2020	Campo Grande / Terenos e Anastácio / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Thaís da Silva Rodrigues para acompanhar os serviços de adequação do imóvel locado que abrigará a Promotoria de Justiça da comarca de Terenos e realizar verificação técnica de terreno para possível locação sob medida na comarca de Anastácio	-	0,5	R\$ 163,90
1232	Marcos Antônio Nascimento de Azevedo	Analista / Engenheiro Civil	12 e 13.3.2020	Campo Grande / Maracaju e Fátima do Sul / Campo Grande	Veículo oficial	Fiscalizar e realizar a medição das obras de reforma dos prédios das Promotorias de Justiça	-	1,5	R\$ 614,63
1232	Mohamed Santos Ibrahim	Auxiliar / Motorista	12 e 13.3.2020	Campo Grande / Maracaju e Fátima do Sul / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Marcos Antônio Nascimento de Azevedo para fiscalizar e realizar a medição das obras de	-	1,5	R\$ 491,70

						reforma dos prédios das Promotorias de Justiça			
1244	Cristiano Lopes Baes	Técnico II	13 e 14.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul / Campo Grande	Veículo oficial	Entregar e montar materiais permanentes	-	1,5	R\$ 491,70
1248	José Ricardo Barbosa Mendes	Auxiliar / Motorista	20.3.2020	Campo Grande / Ponta Porã / Campo Grande	Veículo oficial	Buscar materiais e ferramentas utilizados na manutenção do prédio das Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 163,90
1254	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar / Motorista	19 e 20.3.2020	Campo Grande / Chapadão do Sul / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Adelar de Campos Brizola e Genedilson Lemos Teixeira para realizarem as adequações físicas para instalação de controladores de acesso no prédio das Promotorias de Justiça	-	1,5	R\$ 491,70
1255	Manoel Romão da Silva	Policia Militar	11 e 12.3.2020	Bela Vista / Porto Murtinho / Bela Vista	Veículo oficial	Realizar serviços de segurança ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior	-	1,5	R\$ 491,70
1256	Jollivan Almeida Portela	Assistente Militar	19 a 24.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	5	R\$ 1.639,00
1256	Valdemir Correa Caxias	Assistente Militar	19 a 24.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	5	R\$ 1.639,00
1257	Waleria Silva Leite	Assessora de Comunicação	13.3.2020	Campo Grande / Maracaju / Campo Grande	Veículo oficial	Realizar matéria jornalística e registro fotográfico da inauguração do sistema de monitoramento de Segurança Pública	-	0,5	R\$ 204,88
1257	Edvaldo Ferreira Lima	Auxiliar / Motorista	13.3.2020	Campo Grande / Maracaju / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Waleria Silva Leite para realizar matéria jornalística e registro fotográfico da inauguração do sistema de monitoramento de segurança pública	-	0,5	R\$ 163,90
1258	Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo	Auxiliar / Segurança	19 e 20.3.2020	Campo Grande / Chapadão do Sul / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar os serviços de adequação física para instalação de controladores de acesso no prédio das Promotorias de Justiça	-	1,5	R\$ 491,70
1258	Mohamed Santos Ibrahim	Auxiliar / Motorista	19 e 20.3.2020	Campo Grande / Chapadão do Sul / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo para acompanhar os serviços de adequação física para instalação de controladores de acesso no prédio das Promotorias de Justiça e os funcionários terceirizados Levi da Silva Gonçalves, Simião Pereira da Silva e Wellington Ortiz de Souza para realizarem as manutenções necessárias	-	1,5	R\$ 491,70
1259	Megaron Molossi	Analista / Arquiteto	23 e 24.3.2020	Campo Grande / Terenos e Aquidauana / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar os serviços de adequação do imóvel locado que abrigará a Promotoria de Justiça da comarca de Terenos e fiscalizar a reforma do prédio das Promotorias de Justiça da comarca de Aquidauana	-	1,5	R\$ 614,63
1259	Cristiane Conceição Rocha	Auxiliar / Motorista	23 e 24.3.2020	Campo Grande / Terenos e Aquidauana / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Megaron Molossi para acompanhar os serviços de adequação do imóvel locado que abrigará a Promotoria de Justiça da comarca de Terenos e fiscalizar a reforma do prédio das Promotorias de Justiça da comarca de Aquidauana	-	1,5	R\$ 491,70
1260	Megaron Molossi	Analista / Arquiteto	12 e 13.3.2020	Campo Grande / Naviraí / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar os serviços de adequações elétricas no prédio das Promotorias de Justiça	-	1,5	R\$ 614,63
1260	Mauro da Cunha Duarte	Auxiliar / Motorista	12 e 13.3.2020	Campo Grande / Naviraí / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Megaron Molossi para acompanhar os serviços de adequações elétricas no prédio das Promotorias de Justiça	-	1,5	R\$ 491,70
1261	Megaron Molossi	Analista / Arquiteto	20.3.2020	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar os serviços de pintura do gradil do prédio das Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 204,88
1261	Mauro da Cunha Duarte	Auxiliar / Motorista	20.3.2020	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Megaron Molossi para acompanhar os serviços de pintura do gradil do prédio das Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 163,90
1264	William Marra Silva Junior	Promotor de Justiça	11 e 12.3.2020	Bela Vista / Porto Murtinho / Bela Vista	Veículo oficial	Participar de audiências, realizar atendimento ao público e manifestar-se em processos e procedimentos	-	1,5	R\$ 800,12
1272	Juliano Gonçalves Cortez	Assistente Militar	24 a 28.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,3	R\$ 1.409,54
1272	Wesley de Souza Leandro	Policia Militar	24 a 28.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,3	R\$ 1.409,54
1280	Marcos Antonio David dos Santos	Assessor Militar	19 a 22.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	3	R\$ 1.229,25
1280	Juacir Gomes de Carvalho Júnior	Assistente Militar	19 a 22.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	3	R\$ 983,40
1281	Maurício Mecelis Cabral	Promotor de Justiça	11 e 12.3.2020	Nova Alvorada do Sul / Dourados / Nova Alvorada do Sul	Veículo oficial	Participar de sessão do Tribunal do Júri	-	1,5	R\$ 800,12
1290	Rafael de Souza Mantilha	Técnico II	23.3.2020	Campo Grande / Dois Irmãos do Buriti / Campo Grande	Veículo oficial	Entregar e recolher materiais permanentes	-	0,5	R\$ 163,90

1290	Joélcio da Costa Guimarães	Auxiliar / Motorista	23.3.2020	Campo Grande / Dois Irmãos do Buriti / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Rafael de Souza Mantilha para entregar e recolher materiais permanentes	-	0,5	R\$ 163,90
1306	Israel Ribeiro de Souza	Auxiliar / Motorista	11 a 14.3.2020	Chapadão do Sul / Dourados / Chapadão do Sul	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti para participar de sessão do Tribunal do Júri e atuar em substituição na Promotoria de Justiça	-	3,5	R\$ 1.147,30
1307	Walmir Lugão Marques Porto	Assistente Militar	1º a 5.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,5	R\$ 1.475,10
1307	Leandro Alexandre da Cruz	Policial Militar	1º a 5.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,5	R\$ 1.475,10
1308	Megaron Molossi	Analista / Arquiteto	31.3.2020	Campo Grande / Terenos e Aquidauana / Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar os serviços de adequação do imóvel locado que abrigará a Promotoria de Justiça da comarca de Terenos e fiscalizar a reforma do prédio das Promotorias de Justiça da comarca de Aquidauana	-	0,5	R\$ 204,88
1308	Edvaldo Ferreira Lima	Auxiliar / Motorista	31.3.2020	Campo Grande / Terenos e Aquidauana / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Megaron Molossi para acompanhar os serviços de adequação do imóvel locado que abrigará a Promotoria de Justiça da comarca de Terenos e fiscalizar a reforma do prédio das Promotorias de Justiça da comarca de Aquidauana	-	0,5	R\$ 163,90
1310	Megaron Molossi	Analista / Arquiteto	1º e 2.4.2020	Campo Grande / Paranaíba / Campo Grande	Veículo oficial	Fiscalizar os serviços de pintura do gradil do prédio das Promotorias de Justiça	-	1,3	R\$ 532,68
1310	Mohamed Santos Ibrahim	Auxiliar / Motorista	1º e 2.4.2020	Campo Grande / Paranaíba / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Megaron Molossi para fiscalizar os serviços de pintura do gradil do prédio das Promotorias de Justiça	-	1,3	R\$ 426,14
1311	Alessandro Benites Thiry	Assistente Militar	28.3 a 1º.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,5	R\$ 1.475,10
1311	Juacir Gomes de Carvalho Júnior	Assistente Militar	28.3 a 1º.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,5	R\$ 1.475,10
1317	Vivian Sheilis Bögger Queiroz	Técnico I	5, 12 e 19.3.2020	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	-	0,9	R\$ 295,02
1317	Claudio de Jesus Duarte Ferreira	Auxiliar / Motorista	5.3.2020	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco e a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz para prestarem serviços na Promotoria de Justiça	-	0,3	R\$ 98,34
1317	Claudio de Jesus Duarte Ferreira	Auxiliar / Motorista	12.3.2020	Paranaíba / Inocência / Paranaíba	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco e a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz para prestarem serviços na Promotoria de Justiça	-	0,3	R\$ 98,34
1318	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 319, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1318/2020	-	2,8	R\$ 917,84
1318	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 319, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1318/2020	-	1,5	R\$ 491,70
1319	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 318, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1319/2020	-	0,5	R\$ 163,90
1319	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 318, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1319/2020	-	0,5	R\$ 163,90
1320	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 316, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1320/2020	-	0,5	R\$ 163,90
1320	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 316, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1320/2020	-	0,5	R\$ 163,90
1321	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 317, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1321/2020	-	1,3	R\$ 426,14
1321	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 317, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1321/2020	-	1,3	R\$ 426,14
1321	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 317, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1321/2020	-	1,3	R\$ 426,14
1321	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 317, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1321/2020	-	1,3	R\$ 426,14
1321	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 317, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1321/2020	-	1,3	R\$ 426,14
1321	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 317, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1321/2020	-	1,3	R\$ 426,14
1321	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 317, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1321/2020	-	1,3	R\$ 426,14
1322	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 320, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1322/2020	-	1	R\$ 327,80
1322	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 320, de 7.4.2020, no Processo PGJ/10/1322/2020	-	1	R\$ 327,80

1338	Evandro Silva Toledo	Assistente Militar	5 a 9.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,5	R\$ 1.475,10
1338	Wesley de Souza Leandro	Policial Militar	5 a 9.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,5	R\$ 1.475,10
1364	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 382, de 17.4.2020, no Processo PGJ/10/1364/2020	-	8	R\$ 2.622,40
1365	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 383, de 17.4.2020, no Processo PGJ/10/1365/2020	-	0,5	R\$ 163,90
1365	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 383, de 17.4.2020, no Processo PGJ/10/1365/2020	-	0,5	R\$ 163,90
1365	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 383, de 17.4.2020, no Processo PGJ/10/1365/2020	-	2,8	R\$ 917,84
1365	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 383, de 17.4.2020, no Processo PGJ/10/1365/2020	-	2,8	R\$ 917,84
1365	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 383, de 17.4.2020, no Processo PGJ/10/1365/2020	-	2,3	R\$ 753,94
1366	Sydnei Ferreira Ribeiro Junior	Analista / Psicólogo	12.3.2020	Três Lagoas / Selvíria / Três Lagoas	Veículo oficial	Cumprir diligências	-	0,3	R\$ 122,93
1366	Marcos da Silva Flores	Auxiliar / Motorista	12.3.2020	Três Lagoas / Selvíria / Três Lagoas	Veículo oficial	Conduzir o servidor Sydnei Ferreira Ribeiro Junior para cumprir diligências e entregar ofícios e notificações	-	0,3	R\$ 98,34
1367	Jollivan Almeida Portela	Assistente Militar	9 a 13.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,5	R\$ 1.475,10
1367	Leandro Alexandre da Cruz	Policial Militar	9 a 13.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,5	R\$ 1.475,10
1368	Sydnei Ferreira Ribeiro Junior	Analista / Psicólogo	18.3.2020	Três Lagoas / Selvíria / Três Lagoas	Veículo oficial	Cumprir diligências	-	0,3	R\$ 122,93
1368	Marcos da Silva Flores	Auxiliar / Motorista	18.3.2020	Três Lagoas / Selvíria / Três Lagoas	Veículo oficial	Conduzir o servidor Sydnei Ferreira Ribeiro Junior para cumprir diligências e entregar ofícios e inquéritos policiais	-	0,3	R\$ 98,34
1369	Valdemir Correa Caxias	Assistente Militar	13 a 18.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	5,5	R\$ 1.802,90
1369	Wesley de Souza Leandro	Policial Militar	13 a 18.4.2020	Campo Grande / Rio brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	5,5	R\$ 1.802,90
1371	Megaron Molossi	Analista / Arquiteto	8.4.2020	Campo Grande / Aquidauana / Campo Grande	Veículo oficial	Fiscalizar a reforma do prédio das Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 204,88
1371	Marcos Neves Papi	Auxiliar / Motorista	8.4.2020	Campo Grande / Aquidauana / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Megaron Molossi para fiscalizar a reforma do prédio das Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 163,90
1399	Rafael de Souza Mantilha	Técnico II	12 a 14.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul / Campo Grande	Veículo oficial	Entregar e montar materiais permanentes	-	2,5	R\$ 819,50
1400	Juliano Gonçalves Cortez	Assistente Militar	26 a 30.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,5	R\$ 1.475,10
1400	Alessandro Benites Thiry	Assistente Militar	26 a 30.4.2020	Campo Grande / Rio Brilhante / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	4,5	R\$ 1.475,10
1401	Juliano Gonçalves Cortez	Assistente Militar	17 a 19.4.2020	Campo Grande / Jardim / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	2,5	R\$ 819,50
1401	Whanderson Ribeiro de Almeida	Assistente Militar	17 a 19.4.2020	Campo Grande / Jardim / Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	2,5	R\$ 819,50
1403	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar / Motorista	16.4.2020	Campo Grande / Dourados / Campo Grande	Veículo oficial	Cumprir diligências	-	0,5	R\$ 163,90
1404	Megaron Molossi	Analista / Arquiteto	22.4.2020	Campo Grande / Aquidauana / Campo Grande	Veículo oficial	Fiscalizar a reforma do prédio das Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 204,88
1404	Rodrigo Brandão Alves Pereira	Auxiliar / Motorista	22.4.2020	Campo Grande / Aquidauana / Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Megaron Molossi para fiscalizar a reforma do prédio das Promotorias de Justiça	-	0,5	R\$ 163,90
TOTAIS							-		R\$ 58.599,31

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E MPAP**

Processo nº PGJ/10/1499/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ**, representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, **Ivana Lúcia Franco Cei**.

Amparo legal: artigo 116 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

Objeto: Cooperação entre o MPMS e o MPAP para a proteção do patrimônio público, a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados, de forma a aprimorar, desenvolver e dar suporte a métodos de análises de dados, pesquisas e investigações promovidas pelos partícipes, garantindo assim maior eficácia na repressão

a tais práticas ilegais, por meio da atuação conjunta e do intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e do compartilhamento e desenvolvimento de tecnologias para o processamento e análise de dados, entre outras ações conjuntas, e ainda o repasse de *expertise* técnica em quesitação de forma organizada para os membros do Ministério Público permitindo uma melhor análise técnica das provas da investigação em todas as áreas de atuação do Ministério Público, por meio compartilhamento de manual técnico de quesitação e portal de quesitação para obtenção de todos os objetivos do acordo.

Vigência: 60 (sessenta) meses, a partir da data da publicação.

Data da assinatura: 23 de março de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 08/2020.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2020.00000628-0

Requerente: Silvia Fernandes Luzitano

Requerido: PHOENIX TOWER Participações LTDA

Objeto: Apurar eventual falta de licenciamento perante a Agência Nacional de Telecomunicações para instalação da Estação Rádio Base, localizada na Rua João Pedrossian, n. 273, Bairro Taveirópolis, nesta capital.

Campo Grande, 13 de maio de 2.020.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BONITO

EDITAL N. 0005/2020/01PJ/BTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Bonito torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000586-9, que está à disposição de quem possa interessar, na Rua Lúcio Borralho, S/N, Vila Donária, Bonito (MS), fone (67)3255-1300. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via *Internet*, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000586-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Bonito;

Assunto: apurar ocorrência de inconstitucionalidade na Lei Municipal N. 1.502/2018 e alteração posterior.

De Jardim para Bonito, em 4 de maio de 2020.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

CAARAPÓ

RECOMENDAÇÃO N.º 0004/2020/01PJ/CRP

Autos de Inquérito Civil nº. 06.2019.00001815-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Caarapó

Objeto: Apurar eventuais irregularidades no cumprimento dos contratos administrativos e nos pagamentos realizados às empresas contratadas para prestar serviços de análises clínicas para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Caarapó, nos anos de 2018 e 2019.

RECOMENDAÇÃO N.º 0004/2020/01PJ/CRP

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Caarapó/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil nº 06.2019.00001815-3 e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos do art. 127, “caput”, e art. 129, inc. III, da Constituição Federal, art. 25, inc. IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/93 e art. 26, inc. IV, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual n.º 72/94;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, emitir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º da Resolução nº 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, “a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”.

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que tal obrigação decorre de forma cristalina dos princípios extraídos da Constituição Federal e que, uma vez constatada ofensa, deve a situação ser corrigida espontaneamente pelo administrador;

CONSIDERANDO que foi instaurado o presente Inquérito Civil nº 06.2019.00001815-3, com intuito de apurar eventuais irregularidades no cumprimento dos contratos administrativos e nos pagamentos realizados às empresas contratadas para prestar serviços de análises clínicas para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Caarapó, nos anos de 2018 e 2019;

CONSIDERANDO que o Município de Caarapó realizou o Pregão Presencial 043/2018, onde sagraram-se vencedoras as empresas Citoclin Laboratório de Citologia e Análises Clínicas Ltda-ME, Luiz Ricardo Baena Miranda, Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas Silvana Baratella Fernandes Ltda-ME, Thaís Moreira Fernandes Dias-ME e A.S. Coneglian-ME;

CONSIDERANDO que a pesquisa de preços foi realizada somente com essas empresas vencedoras do certame, o que pode apresentar eventuais preços superestimados, uma vez que as empresas não têm interesse em revelar, nessa fase, o real valor a que estão dispostas a realizar o negócio, sem contar, que não foi realizada a pesquisa com qualquer outro tipo de fonte, a fim de se verificar o real preço de mercado da prestação de serviços;

CONSIDERANDO que "a pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações públicas similares, sistemas referenciais de preços disponíveis, pesquisas na internet em sítios especializados e contratos anteriores do próprio órgão, utilização da maior amplitude possível de fontes de referências nos processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade é uma obrigação do gestor" (TCU. Acórdãos nº 3.506/2009, 568/2008, 1.378/2008, 5.262/2008, 4.013/2008, todos da 1ª Câmara, 2.809/2008, 1.344/2009 e 3.667/2009, da 2ª Câmara e 1.379/2007 e 837/2008 do Plenário);

CONSIDERANDO que se verificou no documento denominado “Pregão Presencial 043-2018-Ata”, disponível na aba “anexo”, que durante a Sessão do Pregão, quando as empresas entregaram o envelope denominado “Proposta de Preço”, contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, mesmo os envelopes estando lacrados e havendo o sigilo das propostas, na abertura dos envelopes, alguns licitantes, coincidentemente, se revezaram no menor preço do item, sendo seguidos pelos demais licitantes, com ofertas superiores em apenas um centavo, sucessivamente;

CONSIDERANDO que, por exemplo: no item1 – Exame Toxicológico de Cocaína, a empresa A. S. Coneglian colocou no envelope o menor valor de R\$ 46,07 (p. 29), sendo seguido pela empresa Silvana B. Fernandes com proposta de R\$ 46,08, da empresa Citoclin com a proposta de R\$ 46,09, da Empresa Thaís Moreira com proposta de R\$ 46,10 e da empresa Luiz Ricardo com proposta de R\$ 46,11; Item 2- Exame toxicológico de Maconha, a empresa Citoclin ofertou a menor proposta de R\$ 30,39, sendo seguida pela empresa Coneglian (R\$ 30,40), Silvana B. Fernandes (R\$ 30,41), Luiz Ricardo (R\$ 30,42) e Thaís Moreira (R\$ 30,43); Item 3 – Bacteroscopia : a empresa Luiz Ricardo ofertou o menor lance de R\$ 5,09, sendo seguido por Thaís Moreira (R\$ 5,10), Citoclin (R\$ 5,11), Coneglian (R\$ 5,12) e Silvana B. Fernandes (R\$ 5,13) e assim se seguiu, até o item 106;

CONSIDERANDO que apesar de restar patente a impossibilidade matemática das empresas licitantes apresentarem propostas com a referida diferença, ainda mais em envelope lacrado, o ardil das empresas licitantes não foi registrado por nenhum membro da Comissão de Licitação, sendo que todos se omitiram diante da ilegalidade que estava patente;

CONSIDERANDO que, nos moldes do inciso XVI do art. 6º e art. 51, ambos da Lei nº 8.666/93, a comissão de licitação é responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, sendo que dentre esses documentos estão os de habilitação e propostas;

CONSIDERANDO, deste modo, que todos os licitantes (empresas Citoclin Laboratório de Citologia e Análises

Clínicas Ltda-ME, Luiz Ricardo Baena Miranda, Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas Silvana Baratella Fernandes Ltda-ME, Thaís Moreira Fernandes Dias-ME e A.S. Coneglian-ME) foram classificados para a etapa de lances, já que apresentaram proposta com valores não superiores a 10% da menor proposta (artigo 4º, inciso VIII da Lei 10.520/02);

CONSIDERANDO que, na etapa de lances, as empresas licitantes ofertaram número não muito superior da proposta inicial e a empresa Citoclin Laboratório de Citologia e Análises Clínicas Ltda foi declarada vencedora para executar os serviços dos itens 01, 11, 18, 27, 33, 41, 47, 48, 49, 51, 54, 56, 59, 62, 64, 71, 75, 82, 96 e 105, a empresa Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas Silvana Baratella Fernandes Ltda-ME foi declarada vencedora para executar os serviços dos itens 12, 13, 21, 22, 23, 30, 42, 57, 58, 67, 68, 70, 72, 76, 78, 80, 85, 88, 93 e 99, a empresa Luiz Ricardo Baena Miranda foi declarada vencedora para executar os serviços dos itens 03, 04, 09, 10, 15, 16, 19, 25, 31, 34, 36, 40, 50, 65, 77, 81, 84, 90, 92, 95, 98 e 102, a empresa Thaís Moreira Fernandes Dias-ME foi declarada vencedora para executar os serviços dos itens 02, 05, 08, 14, 24, 26, 28, 32, 35, 37, 45, 53, 61, 63, 66, 69, 83, 87, 91, 97 e 101 e a empresa A. S. Coneglian-ME foi declarada vencedora para executar os serviços dos itens 03, 07, 17, 20, 29, 38, 39, 43, 44, 46, 52, 55, 60, 73, 74, 79, 86, 89, 94, 100, 103, 104 e 106;

CONSIDERANDO que o valor global dos itens foi dividido de maneira bem próxima pelos licitantes, sendo que a empresa Citoclin Laboratório de Citologia e Análises Clínicas Ltda foi declarada vencedora dos itens acima referidos no valor total de R\$ 123.106,86 (cento e vinte e três mil, cento e seis reais e oitenta centavos), a empresa Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas Silvana Baratella Fernandes Ltda-ME foi vencedora do importe de R\$ 125.052,78 (cento e vinte e cinco mil, cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos), a empresa Luiz Ricardo Baena Miranda foi vencedora no valor de 124.912,70 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e doze reais e setenta centavos), a empresa Thaís Moreira Fernandes Dias-ME foi vencedora no valor de R\$ 125.161,62 (cento e vinte e cinco mil, cento e sessenta e um reais e sessenta e dois centavos) e a empresa A. S. Coneglian-ME foi vencedora do valor de R\$ 125.660,49 (cento e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos), totalizando o valor global de R\$ 623.894,45 (seiscentos e vinte e três mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos);

CONSIDERANDO que, analisados os contratos e processos de execução financeira, se constatou irregularidades na forma de execução e pagamento dos contratos, pois não foram anexadas às notas fiscais a segunda via dos exames realizados juntamente com a solicitação médica, conforme exigido pelas cláusulas terceira, item “3.3”, e quinta, item “5.1”;

CONSIDERANDO que encerrado o prazo de vigência dos contratos oriundos do Pregão Presencial 043-2018, foi realizado o Pregão Presencial 011-2019, com o mesmo objeto, sendo realizado o mesmo *modus operandi* do Pregão Presencial anterior (043-2018), as empresas contratadas foram as mesmas que apresentaram a cotação de preços de mercado e durante a Sessão do Pregão Presencial 011-2019, novamente, na entrega dos envelopes lacrados, a diferença dos itens dos produtos era de apenas um centavo entre os licitantes, onde todas as empresas foram classificados para a etapa de lances;

CONSIDERANDO que no referido Pregão Presencial (011-2019), as empresas novamente foram vencedoras com valores bem aproximados, sendo que a empresa Citoclin Laboratório de Citologia e Análises Clínicas Ltda- ME foi declarada vencedora para executar os serviços dos itens 13, 22, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 58, 68, 69, 72, 74, 75, 99, 100, 101, 102, 104 e 105, a empresa Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas Silvana Baratella Fernandes ME foi declarada vencedora para executar os serviços dos itens 08, 09, 12, 34, 55, 57, 60, 61, 64, 71, 73, 83, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 95, 97 e 107, a empresa Luiz Ricardo Baena Miranda ME foi declarada vencedora para executar os serviços dos itens 01, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 37, 38, 39, 40, 48 e 63 empresa Thaís Moreira Fernandes Dias-ME foi declarada vencedora para executar os serviços dos itens 02, 03, 04, 10, 11, 21, 24, 33, 43, 50, 53, 56, 65, 66, 67, 77, 79, 88, 93, 94 e 96 e A. S. Coneglian ME foi declarada vencedora para executar os serviços dos itens 05, 06, 07, 27, 31, 36, 51, 52, 54, 59, 62, 70, 76, 78, 80, 81, 82, 84, 90, 98, 103 e 106;

CONSIDERANDO que a empresa Citoclin Laboratório de Citologia e Análises Clínicas Ltda- ME foi vencedora no valor de R\$ 139.350,37 (cento e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos), a empresa Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas Silvana Baratella Fernandes ME no valor de R\$ 138.736,22 (cento e trinta e oito mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos), a empresa Luiz Ricardo Baena Miranda ME no valor de R\$ 137.545,86 (cento e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), a empresa Thaís Moreira Fernandes Dias-ME no valor de R\$ 139.684,47 (cento e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e

quarenta e sete centavos) e A. S. Coneglian ME no valor de R\$ 136.927,80 (cento e trinta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e oitenta centavos);

CONSIDERANDO que foi realizado Auto de Constatação no Prédio da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caarapó (p. 52/53), ocasião que verificou-se algumas solicitações de exame subscritas por médicos que não atendem pelo SUS (Clínicas e Hospitais Particulares e Convênios);

CONSIDERANDO que a participação da iniciativa privada no SUS deve ser formalizada por contrato ou convênio (art. 199, §1º, da Constituição Federal). Ausente a formalidade, não há cabimento aceitar pedidos de exames médicos de terceiros, muito menos de convênio médico;

CONSIDERANDO que na referida constatação, fomos informados que os laboratórios prestam apoio um ao outro e dividem a realização de exames, logo, não fazem apenas os exames que se consagraram vencedores no processo licitatório;

CONSIDERANDO que analisando a execução financeira das empresas que estavam no prédio da Secretaria de Saúde, referentes ao Pregão Presencial 011/2019, foi constatada a veracidade das informações, pois, verificamos que nas solicitações médicas e exames realizados, que os laboratórios estavam fazendo todos os tipos de exames, mesmo os que não venceram a licitação, como por exemplo, a empresa Luiz Ricardo Baena Miranda ME (Laboratório Central) realiza o exame de hemograma completo, o qual foi a empresa Thaís Moreira Fernandes Dias-ME (Laboratório Planalto) que sagrou-se vencedora, o exame de triglicerídeos (empresa Silvana Baratella Fernandes ME (Laboratório BioVida) vencedora do item), exame de potássio (vencedor do item foi a empresa Citoclin Laboratório de Citologia e Análises Clínicas Ltda- ME), exame de hemoglobina glicada (a empresa A. S. Coneglian ME – Laboratório Pró-Saúde foi vencedora), sendo averiguada a mesma circunstância nos exames realizados pelas demais empresas;

CONSIDERANDO que tal fato também foi constatado nos documentos que foram enviados pela Prefeitura Municipal de Caarapó, contidos na execução financeira do Pregão Presencial 043/2018, no documento denominado "Contrato nº 147-2018 – Silvana – Execução Financeira 1", disponível na aba "anexo", onde consta que apesar de estar na Nota Fiscal do Laboratório de Análises Clínicas Silvana B. Fernandes, os exames de *tempo de sangramento Duke, fator RH, Ureia, TAP, FSH, Microbiológico fresco e homoglobina* (p. 3), na verdade, os exames efetivamente realizados (p. 9/10) tinham outros laboratórios como vencedores desses itens, a saber, exame de colesterol total (vencedor do item a empresa Ricardo – Laboratório Central), colesterol HDL e LDL (empresa Coneglian – Laboratório Pró-Saúde), creatina (Laboratório Citoclin), triglicerídeos (empresa Thaís - Laboratório Planalto), dentre tantos outros exames;

CONSIDERANDO assim, que os laboratórios vencedores do certame licitatório se subdividem em territórios de atuação, e não pelos itens vencedores do certame, onde cada laboratório é responsável pela realização do exame em uma Unidade de Saúde, pois conforme foi informado no referido Auto de Constatação, os Laboratórios Central e Pró-Saúde atendem os usuários do PAM e do ESF IV, o Laboratório Planalto atende os usuários do ESF V e dos Distritos de Nova América e Cristalina, os Laboratórios Citoclin e Biovida atendem ainda os usuários do ESF III, o Laboratório Citoclin atende os usuários do ESF I, o laboratório Biovida ainda atende os usuários do ESF II e o Laboratório Pró-Saúde ainda atende os usuários das Aldeias Indígenas;

CONSIDERANDO que a cláusula décima, item 10.1, dos contratos celebrados entre o Município de Caarapó e as empresas vencedoras do certame (Contrato nº 146/2018, 147/2018, 148/2018, 149/2018, 150/2018, 067/2019, 068/2019, 069/2019, 070/2019 e 071/2019), estabelecem expressamente que o “contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente”;

CONSIDERANDO, deste modo, restou explícito que no Pregão Presencial 043/2018 e Pregão Presencial 011/2019 a identificação de coincidências de preços das propostas apresentadas pelas diferentes empresas nos itens das licitações, mormente considerando que as propostas (apresentadas em envelopes fechados) eram todas com um centavo de diferença entre os concorrentes, fato que muito dificilmente seria mera coincidência e garantiu que todos os licitantes fossem para etapa de lances e todos foram vencedores de determinados itens, e o preço global da licitação foi dividido entre os licitantes em valores muito próximos uns dos outros e após, as empresas realizavam todos os tipos de exames, inclusive aqueles que não tinham sido vencedoras;

CONSIDERANDO também, que a licitação por item não está atendendo ao aspecto econômico, operacional e

finalístico, se mostrando imperiosa a realização de licitação por lote, precedida de estudo para demonstrar as razões técnicas, logísticas, econômicas ou de outra natureza que tornam necessário promover o agrupamento como medida tendente a propiciar contratações mais vantajosas;

CONSIDERANDO que entende o TCU:

“A existência de indícios vários e convergentes constituem prova de fraude a certame licitatório ou a processo de cotação de preços. (Acórdão 80/2020-Plenário);

A prova indiciária, constituída por somatório de indícios que apontam na mesma direção, é suficiente para caracterizar fraude a licitação por meio de conluio de licitantes, o que conduz à declaração de inidoneidade das empresas para licitar com a Administração Pública Federal (Acórdão 823/2019-Plenário);

Não é necessária a contratação ou prejuízo, pois a fraude não exige a ocorrência do resultado (Acórdãos TCU nº 2179/2010, 2101/2011 e 2425/2012, todos do Plenário)” Destaque nosso;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 90, da Lei 8.666/03, configura crime: “Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação”;

CONSIDERANDO que configura formação de cartel: “As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: I- acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente, sob qualquer forma: (...) d) preços, condições, vantagens ou abstenção em licitação pública” (art. 36, §3º, inciso I, alínea “d”, da Lei 12.529/2011);

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa, que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente: frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente;

CONSIDERANDO que o E. TJMG já decidiu que os membros da comissão de licitação respondem solidariamente pela fraude no procedimento licitatório:

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PRELIMINARES - FRAUDE À LICITAÇÃO - MEMBROS DA COMISSÃO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - DANO AO ERÁRIO - VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CONDOTA TIPIFICADA - ARTIGOS 10 E 11 DA LEI Nº 8.429/92 - PENALIDADES DO ARTIGO 12 DA LEI Nº 8.429/92 - CONFIGURAÇÃO - PENALIDADES - MULTA - DOSAGEM DA SANÇÃO - PROPORCIONALIDADE. - A fraude a processo licitatório constitui ato de improbidade que importa dano ao erário, além de violar os princípios norteadores da Administração Pública (Lei 8.429/1992, art. 10, VIII e art. 11). - Os membros da Comissão de licitação, como órgão colegiado, cujas decisões são tomadas pelas manifestações de todos os seus integrantes, responderão de forma solidária pelas consequências decorrentes da decisão tomada. - Presentes os requisitos autorizadores do reconhecimento da improbidade administrativa, em qualquer de suas modalidades, são aplicáveis sanções previstas no art. 12, da Lei nº 8.429/92. - Para punição dos atos ímprobos o magistrado deve dosar a sanção de multa de acordo com os limites fixados no art. 12, da Lei nº 8.429/92. (TJMG - Apelação Cível 1.0290.08.055008-7/003, Relator(a): Des.(a) Alice Birchall, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/12/2018, publicação da súmula em 14/12/2018)”; (Destaque nosso)

CONSIDERANDO, por fim, que cabe ao Ministério Público expedir Recomendação para que os poderes públicos promovam as medidas necessárias à garantia e ao respeito à Constituição Federal e normas infraconstitucionais (art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul) e artigo 44, da Resolução nº 015/2007- PGJ;

Resolve, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia:

RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Caarapó/MS, Sr. André Luis Nezzi de Carvalho, ao Secretário Municipal de Saúde, Sr. Valberto Ferreira Costa e à Comissão de Licitação e à servidora pública municipal responsável pela execução financeira dos contratos, nas atribuições de cada um, que:

- Abstenham de realizar a pesquisa de preços de mercado nas aquisições públicas apenas com três orçamentos junto a potenciais fornecedores ou prestadores de serviços;

- Realizem, em todo procedimento licitatório, a pesquisa de preços de referência com o seguinte conjunto de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública; portal de compras governamentais, pesquisa publicada em mídia especializada; sítios eletrônicos especializados ou de amplo domínio (contendo data e hora de acesso); contratações similares (em execução ou concluídos nos 180 dias anteriores à data da pesquisa de preços); portais oficiais de referenciamento de custos; pesquisa direta com fornecedores, contato telefônico (consignada nos autos, constando o nome do servidor responsável pela pesquisa, o nome da empresa e dos empregados que forneceram o orçamento, além do número do telefone, da data e do horário da pesquisa); analogia com compras/contratações realizadas por empresas privadas, entre outros. Na impossibilidade de utilização de alguma das fontes acima especificadas deve estar consignada nos autos do processo licitatório, de forma a comprovar que, embora a Administração tenha adotado os procedimentos necessários à obtenção de preços daquela fonte, não foi possível alcançar êxito na solicitação;

- Realizem, além dos procedimentos descritos no item "b" acima referidos, pesquisa de preço junto aos procedimentos integrantes do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS – SIGTAP;

- No processo de execução financeira dos contratos firmados com as empresas vencedoras somente seja efetuado o pagamento com a apresentação das notas fiscais e da segunda via dos exames realizados juntamente com a solicitação médica, que devem estar dentro do procedimento, uma vez que não constavam na execução do contrato, mas supostamente estavam em um arquivo, fora da Secretaria de Saúde, dificultando, assim, a fiscalização no cumprimento dos contratos administrativos;

- Abstenham de realizar pagamento de exames solicitados por médicos em que as clínicas ou Hospitais não sejam conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde, inclusive os solicitados por médico de convênios;

- Exijam que as empresas vencedoras do certame cumpram o contrato firmado e realizem apenas os exames aos quais foram vencedoras da licitação;

- Abstenham de realizar o pagamento para as empresas vencedoras de licitação de exames pelos quais não foram vencedores da licitação;

- Abstenha a fiscal dos contratos de atestar que os serviços foram executados quando estiverem em desacordo com o contrato administrativo, isto é, abstenha de atestar serviços que não deveriam ser realizados por laboratórios diversos da empresa vencedora;

- Abstenham de realizar o procedimento licitatório para serviços de análises clínicas para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS na modalidade de preço por item, para evitar conluio ou fraude na licitação;

- Realizem o estudo técnico para realização da licitação dos serviços de análises clínicas para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, visando a viabilidade técnica, logísticas, econômica, vantajosidade, bem como a demanda dos últimos sessenta meses (de cada ESF, Distrito, PAM, Hospital ou Aldeia), para a realização do procedimento licitatório na modalidade por lote, dividindo-se em Unidades de Saúde Básica do Município, Distritos e Aldeia Indígena em Caarapó, a saber:

- 1) lote 01 - exames médicos solicitados pelo ESF I;
- 2) lote 02 - exames médicos solicitados pelo ESF II;
- 3) lote 03 - exames médicos solicitados pelo ESF III;
- 4) lote 04 - exames médicos solicitados pelo ESF IV;
- 5) lote 05 - exames médicos solicitados pelo ESF V;

- 6) lote 06 - exames médicos solicitados pelo PAM e Hospital Beneficente São Mateus;

- 7) lote 07 - exames médicos solicitados pelos Distritos de Nova América e Cristalina e Aldeias Indígenas;

- i) Realize a Comissão de Licitação com maior rigor o controle das empresas participantes do certame, notadamente durante a sessão do Pregão Presencial, dando especial atenção para a entrega dos envelopes com a proposta de preço que contenham valores similares, como acima descrito, em que as empresas colocaram a proposta com apenas um centavo de diferença, ocasião em que deverá ser tomada a medida legal cabível, a fim de coibir a ocorrência de conluio ou fraude na licitação.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva.

Outrossim, cabe ao Município de Caarapó/MS dar ampla divulgação à presente recomendação, fazendo-se publicar no site do Município e no Diário Oficial deste ente.

Não obstante, para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público e também à Presidente da Câmara Municipal de Caarapó, para conhecimento.

Deixa-se de enviar o arquivo digital desta portaria ao respectivo Centro de Apoio e à Corregedoria-Geral de Justiça, pois, de acordo com o artigo 57, *caput* e inciso VI, da Resolução nº 0014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, a comunicação é automática, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Caarapó, 11 de maio de 2020.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

CHAPADÃO DO SUL

RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2020/1ªPJCS

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001447-9

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de grande relevância pública;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal e artigo 173 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o notório estado de emergência presente no mundo em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19, levando a Organização Mundial da Saúde – OMS a declarar situação de pandemia, ao passo em que pleiteou, por parte de todos os países, uma “ação urgente e agressiva” para sua contenção;

CONSIDERANDO que o vírus, de origem provável na cidade de Wuhan, na República da China, possui uma extraordinária facilidade de transmissão e intriga cientistas do mundo todo, o qual vem causando alta mortalidade em países da Europa e nos Estados Unidos da América;

CONSIDERANDO as consequências da ausência de medidas rápidas e efetivas de prevenção da disseminação do vírus são da mais alta gravidade;

CONSIDERANDO que a progressão do coronavírus COVID-19 tem sido exponencial em todo o mundo, de forma tal que todos os Governos – incluído o brasileiro – têm buscado tomar as medidas de forma urgentíssima. É certo que cada país apresenta uma trajetória distinta no número de casos confirmados, tendo em vista diversos fatores que influenciam a propagação da doença pulmonar causada e ao volume de testes disponibilizados para a sua detecção;

CONSIDERANDO que é consenso mundial a ideia de que, para que qualquer sistema de saúde não sofra colapso, é necessário reduzir a curva epidêmica, principalmente através do isolamento social. Epidemiologistas e

autoridades da saúde mantêm o foco nessa curva de crescimento, com o objetivo de evitar o ritmo acelerado das enfermidades causadas pelo COVID-19. Isso porque se o crescimento inicial é íngreme demais, o número de casos pode rapidamente ultrapassar a capacidade de atendimento do sistema de saúde;

CONSIDERANDO que o Brasil já contabiliza aproximadamente 135.106 casos confirmados, com 9.146 mortes¹;

CONSIDERANDO que o Mato Grosso do Sul já contabiliza 326 casos confirmados, com 11 óbito por COVID-19², situação deflagrada que ensejou a expedição do Decreto Legislativo nº 620 de 19 de março de 2020 pelo Estado do Mato Grosso do Sul, declarando situação de calamidade pública no âmbito da saúde pública do Estado;

CONSIDERANDO que já foi reconhecida oficialmente, em âmbito federal e estadual, a transmissão comunitária do novo coronavírus;

CONSIDERANDO que o Parlamento brasileiro aprovou a Lei Federal nº 13.979/2020, que “*dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*”. Dentre as medidas emergenciais adotadas, pode-se dar destaque à criação de nova hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, sendo consideradas presumidas: a) a ocorrência de situação de emergência; b) a necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; c) a existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e d) a limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;

CONSIDERANDO que no seu art. 4º, referida legislação, aplicável a todos os entes políticos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), é expressa ao prever que a dispensa de licitação baseada na emergência em razão do COVID-19 é temporária e deve ser aplicada apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO que dentre os requisitos legais exigidos, a nova legislação prevê a disponibilização, em sítio eletrônico específico, de todas as contratações ou aquisições realizadas, in verbis:

“Art. 4º - (...)”

2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”

CONSIDERANDO que no âmbito federal, o Ministério da Saúde criou em seu sítio eletrônico a (<https://saude.gov.br/>) um link de acesso rápido a todas as contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de ampla publicidade dos gastos públicos realizados, deve ser levado em conta que a celeridade necessária para as aquisições em comento não significa uma atuação que possa, de alguma forma, contrariar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como demais preceitos que lhe sejam correlatos. Não se trata, assim, de autorização irrestrita para aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços, somente em razão de se estar em face de excepcional situação de emergência pandêmica;

CONSIDERANDO que em face da grave e urgente calamidade pública que assola o país e o mundo, decidiu a Lei, em observância ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, caput da CF/88, que não seria razoável exigir que o gestor público declinasse, em cada um dos processos de aquisição, os fatos e circunstâncias que são de conhecimento público e notório;

CONSIDERANDO que a celeridade buscada pelo legislador, ao mitigar algumas exigências previstas na sistemática da Lei nº 8.666/93, impõe ao gestor público e as entidades que desenvolvem serviço público assemelhado, o dever de cautela e de apuração das circunstâncias fáticas que orientam para eventual contratação direta sob tal

¹ Dados constantes em <https://covid.saude.gov.br/>, acessado em 08 de maio de 2020

² Dados relativos ao Boletim Epidemiológico de 08 de maio de 2020, disponível em <https://www.vsaude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Boletim-Epidemiol%C3%B3gico-COVID-19-2020.05.08.pdf>

fundamento;

CONSIDERANDO que Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul criou, em seu sítio eletrônico, um *link* para fornecer à população informações, notícias, boletins e documentos da Secretaria sobre a doença causada pelo coronavírus COVID-19 <https://www.coronavirus.ms.gov.br/>;

CONSIDERANDO que ao acessar tais dados verifica-se que não há nenhuma publicação, de fácil acesso por toda a população, das contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19, conforme determina a Lei Federal 13.979/2020;

CONSIDERANDO que de igual modo, nos *sites* da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul – SAUDE - MS (função pública), o Instituto Gerir, Instituto Acqua e Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde – IABAS (organizações sociais) – que possuem contratos com a SES/MS³ para gestão de serviços de saúde –, não há *link* específico disponibilizando informações sobre as contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19, em atenção a Lei Federal nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO o descumprimento pela Secretaria de Estado de Saúde das disposições previstas no §2º, do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a vigente Constituição da República e a Constituição Estadual consagraram como princípio fundamental da Administração Pública a publicidade (CF, art. 37, *caput*), bem como garantiu o direito fundamental à informação (CF, art. 5º, inciso XIV);

CONSIDERANDO que o princípio da publicidade, enquanto transparência da gestão, possibilita maior controle social das contas públicas, facilitando a obtenção de dados relativos à gestão de pessoal, orçamentária e financeira e, consequentemente, reduzindo a margem de eventuais desvios, sendo, portanto, uma medida de caráter preventivo visando o direito fundamental a uma boa administração pública;

CONSIDERANDO que apesar de estarmos vivenciando um estado de calamidade pública, ainda persiste a necessidade da utilização de instrumento para garantir a transparência da gestão, disponibilizando informações sem a necessidade de prévia requisição;

RESOLVE RECOMENDAR a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde de Chapadão do Sul e Paraíso das Águas, respectivamente, Sra. MARA NUBIA SOARES PEREIRA e Sr. UEDER PEREIRA DE PAULA:

• Proceda à disponibilização em seu sítio eletrônico de *link* específico de acesso onde deverão ser publicizados, em tempo real e de forma fidedigna (sem omissões), todas as contratações e aquisições realizadas, contendo, no que couber, os nomes dos contratados, os números de suas inscrições na Receita Federal do Brasil (CNPJs), os prazos contratuais, os objetos e quantidades contratados, os valores individualizados contratados e os números dos respectivos processos de contratação ou aquisição;

DETERMINA, assim, que seja encaminhado no prazo de 10 (dez) dias úteis para o e-mail da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul (1pjchapadaodosul@mpms.mp.br), DOCUMENTO COMPROBATÓRIO do cumprimento desta Recomendação.

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Encaminhe-se cópia desta recomendação para fins de publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, aos Poderes Legislativo de Chapadão do Sul/MS e Paraíso das Águas/MS.

Chapadão do Sul – MS, 11/05/2020.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça

³ <http://www.saude.ms.gov.br/organizacao-social-de-saude/>

IVINHEMA

EDITAL N.: 0013/2020/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2020.00000643-5, mediante conversão da Notícia de fato nº. 01.2020.00000716-7, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2020.00000643-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Sebastião Carlos Caetano;

Objeto: Apurar a ocorrência de possível dano ambiental, consistente em desmatamento de vegetação nativa o Bioma Mata Atlântica, em propriedade rural localizada na Gleba Piravevê, Lote 47, Quadra 22, no Município de Ivinhema.

Ivinhema/MS, 14 de maio de 2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

JARDIM

RECOMENDAÇÃO 0008/2020/02PJ/JIM

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001686-6:

Assunto: Publicidade de gastos do COVID-19

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de grande relevância pública;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal e artigo 173 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o notório estado de emergência presente no mundo em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19, levando a Organização Mundial da Saúde – OMS a declarar situação de pandemia, ao passo em que pleiteou, por parte de todos os países, uma “*ação urgente e agressiva*” para sua contenção;

CONSIDERANDO que o vírus, de origem provável na cidade de Wuhan, na República da China, possui uma extraordinária facilidade de transmissão e intriga cientistas do mundo todo, o qual vem causando alta mortalidade em países da Europa e nos Estados Unidos da América;

CONSIDERANDO as consequências da ausência de medidas rápidas e efetivas de prevenção da disseminação do vírus são da mais alta gravidade;

CONSIDERANDO que a progressão do coronavírus COVID-19 tem sido exponencial em todo o mundo, de forma tal que todos os Governos – incluído o brasileiro – têm buscado tomar as medidas de forma urgentíssima. É certo que cada país apresenta uma trajetória distinta no número de casos confirmados, tendo em vista diversos fatores que

influenciam a propagação da doença pulmonar causada e ao volume de testes disponibilizados para a sua detecção;

CONSIDERANDO que é consenso mundial a ideia de que, para que qualquer sistema de saúde não sofra colapso, é necessário reduzir a curva epidêmica, principalmente através do isolamento social. Epidemiologistas e autoridades da saúde mantêm o foco nessa curva de crescimento, com o objetivo de evitar o ritmo acelerado das enfermidades causadas pelo COVID-19. Isso porque se o crescimento inicial é íngreme demais, o número de casos pode rapidamente ultrapassar a capacidade de atendimento do sistema de saúde;

CONSIDERANDO que o Brasil já contabiliza aproximadamente 135.106 casos confirmados, com 9.146 mortes⁴;

CONSIDERANDO que o Mato Grosso do Sul já contabiliza 326 casos confirmados, com 11 óbito por COVID-19⁵, situação deflagrada que ensejou a expedição do Decreto Legislativo nº 620 de 19 de março de 2020 pelo Estado do Mato Grosso do Sul, declarando situação de calamidade pública no âmbito da saúde pública do Estado;

CONSIDERANDO que já foi reconhecida oficialmente, em âmbito federal e estadual, a transmissão comunitária do novo coronavírus;

CONSIDERANDO que o Parlamento brasileiro aprovou a Lei Federal nº 13.979/2020, que “*dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*”. Dentre as medidas emergenciais adotadas, pode-se dar destaque à criação de nova hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, sendo consideradas presumidas: a) a ocorrência de situação de emergência; b) a necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; c) a existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e d) a limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;

CONSIDERANDO que no seu art. 4º, referida legislação, aplicável a todos os entes políticos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), é expressa ao prever que a dispensa de licitação baseada na emergência em razão do COVID-19 é temporária e deve ser aplicada apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO que dentre os requisitos legais exigidos, a nova legislação prevê a disponibilização, em sítio eletrônico específico, de todas as contratações ou aquisições realizadas, in verbis:

“ Art. 4º - (...) § 2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”

CONSIDERANDO que no âmbito federal, o Ministério da Saúde criou em seu sítio eletrônico a (<https://saude.gov.br/>) um link de acesso rápido a todas as contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de ampla publicidade dos gastos públicos realizados, deve ser levado em conta que a celeridade necessária para as aquisições em comento não significa uma atuação que possa, de alguma forma, contrariar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como demais preceitos que lhe sejam correlatos. Não se trata, assim, de autorização irrestrita para aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços, somente em razão de se estar em face de excepcional situação de emergência pandêmica;

CONSIDERANDO que em face da grave e urgente calamidade pública que assola o país e o mundo, decidiu a Lei, em observância ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, caput da CF/88, que não seria razoável exigir que o gestor público declinasse, em cada um dos processos de aquisição, os fatos e circunstâncias que são de conhecimento público e notório;

⁴ Dados constantes em <https://covid.saude.gov.br/>, acessado em 08 de maio de 2020

⁵ Dados relativos ao Boletim Epidemiológico de 08 de maio de 2020, disponível em <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Boletim-Epidemiol%C3%B3gico-COVID-19-2020.05.08.pdf>

CONSIDERANDO que a celeridade buscada pelo legislador, ao mitigar algumas exigências previstas na sistemática da Lei nº 8.666/93, impõe ao gestor público e as entidades que desenvolvem serviço público assemelhado, o dever de cautela e de apuração das circunstâncias fáticas que orientam para eventual contratação direta sob tal fundamento;

CONSIDERANDO que Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul criou, em seu sítio eletrônico, um *link* para fornecer à população informações, notícias, boletins e documentos da Secretaria sobre a doença causada pelo coronavírus COVID-19 <https://www.coronavirus.ms.gov.br/>;

CONSIDERANDO que ao acessar tais dados verifica-se que não há nenhuma publicação, de fácil acesso por toda a população, das contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19, conforme determina a Lei Federal 13.979/2020;

CONSIDERANDO que de igual modo, nos *sites* da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul – SAUDE - MS (função pública), o Instituto Gerir, Instituto Acqua e Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde – IABAS (organizações sociais) – que possuem contratos com a SES/MS⁶ para gestão de serviços de saúde –, não há *link* específico disponibilizando informações sobre as contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19, em atenção a Lei Federal nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO o descumprimento pela Secretaria de Estado de Saúde das disposições previstas no §2º, do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a vigente Constituição da República e a Constituição Estadual consagraram como princípio fundamental da Administração Pública a publicidade (CF, art. 37, *caput*), bem como garantiu o direito fundamental à informação (CF, art. 5º, inciso XIV);

CONSIDERANDO que o princípio da publicidade, enquanto transparência da gestão, possibilita maior controle social das contas públicas, facilitando a obtenção de dados relativos à gestão de pessoal, orçamentária e financeira e, conseqüentemente, reduzindo a margem de eventuais desvios, sendo, portanto, uma medida de caráter preventivo visando o direito fundamental a uma boa administração pública;

CONSIDERANDO que apesar de estarmos vivenciando um estado de calamidade pública, ainda persiste a necessidade da utilização de instrumento para garantir a transparência da gestão, disponibilizando informações sem a necessidade de prévia requisição;

Resolve: RECOMENDAR ao Secretário Municipal de Saúde de Jardim:

A) Que proceda a disponibilização em seu sítio eletrônico de *link* específico de acesso onde deverão ser publicados, em tempo real e de forma fidedigna (sem omissões), todas as contratações e aquisições realizadas, contendo, no que couber, os nomes dos contratados, os números de suas inscrições na Receita Federal do Brasil (CNPJs), os prazos contratuais, os objetos e quantidades contratados, os valores individualizados contratados e os números dos respectivos processos de contratação ou aquisição;

DETERMINA, assim, que seja encaminhado no prazo de 10 (dez) dias úteis para o e-mail desta 2ª Promotoria de Justiça de Jardim (2pjjardim@mpms.mp.br), DOCUMENTO COMPROBATÓRIO do cumprimento desta Recomendação.

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Encaminhe-se para publicação no DOMP.

Jardim/MS, 13 de maio de 2020.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

⁶ <http://www.saude.ms.gov.br/organizacao-social-de-saude/>

RECOMENDAÇÃO 0009/2020/02PJ/JIM

Procedimento Administrativo nº: 09.2020.00001687-7:

Assunto: Publicidade de gastos do COVID-19

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de grande relevância pública;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal e artigo 173 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o notório estado de emergência presente no mundo em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19, levando a Organização Mundial da Saúde – OMS a declarar situação de pandemia, ao passo em que pleiteou, por parte de todos os países, uma “*ação urgente e agressiva*” para sua contenção;

CONSIDERANDO que o vírus, de origem provável na cidade de Wuhan, na República da China, possui uma extraordinária facilidade de transmissão e intriga cientistas do mundo todo, o qual vem causando alta mortalidade em países da Europa e nos Estados Unidos da América;

CONSIDERANDO as consequências da ausência de medidas rápidas e efetivas de prevenção da disseminação do vírus são da mais alta gravidade;

CONSIDERANDO que a progressão do coronavírus COVID-19 tem sido exponencial em todo o mundo, de forma tal que todos os Governos – incluído o brasileiro – têm buscado tomar as medidas de forma urgentíssima. É certo que cada país apresenta uma trajetória distinta no número de casos confirmados, tendo em vista diversos fatores que influenciam a propagação da doença pulmonar causada e ao volume de testes disponibilizados para a sua detecção;

CONSIDERANDO que é consenso mundial a ideia de que, para que qualquer sistema de saúde não sofra colapso, é necessário reduzir a curva epidêmica, principalmente através do isolamento social. Epidemiologistas e autoridades da saúde mantêm o foco nessa curva de crescimento, com o objetivo de evitar o ritmo acelerado das enfermidades causadas pelo COVID-19. Isso porque se o crescimento inicial é íngreme demais, o número de casos pode rapidamente ultrapassar a capacidade de atendimento do sistema de saúde;

CONSIDERANDO que o Brasil já contabiliza aproximadamente 135.106 casos confirmados, com 9.146 mortes⁷;

CONSIDERANDO que o Mato Grosso do Sul já contabiliza 326 casos confirmados, com 11 óbito por COVID-19⁸, situação deflagrada que ensejou a expedição do Decreto Legislativo nº 620 de 19 de março de 2020 pelo Estado do Mato Grosso do Sul, declarando situação de calamidade pública no âmbito da saúde pública do Estado;

CONSIDERANDO que já foi reconhecida oficialmente, em âmbito federal e estadual, a transmissão comunitária do novo coronavírus;

CONSIDERANDO que o Parlamento brasileiro aprovou a Lei Federal nº 13.979/2020, que “*dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus*”

⁷ Dados constantes em <https://covid.saude.gov.br/>, acessado em 08 de maio de 2020

⁸ Dados relativos ao Boletim Epidemiológico de 08 de maio de 2020, disponível em <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Boletim-Epidemiol%C3%B3gico-COVID-19-2020.05.08.pdf>

responsável pelo surto de 2019”. Dentre as medidas emergenciais adotadas, pode-se dar destaque à criação de nova hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, sendo consideradas presumidas: a) a ocorrência de situação de emergência; b) a necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; c) a existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e d) a limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;

CONSIDERANDO que no seu art. 4º, referida legislação, aplicável a todos os entes políticos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), é expressa ao prever que a dispensa de licitação baseada na emergência em razão do COVID-19 é temporária e deve ser aplicada apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO que dentre os requisitos legais exigidos, a nova legislação prevê a disponibilização, em sítio eletrônico específico, de todas as contratações ou aquisições realizadas, in verbis:

“ Art. 4º - (...) § 2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”

CONSIDERANDO que no âmbito federal, o Ministério da Saúde criou em seu sítio eletrônico a (<https://saude.gov.br/>) um link de acesso rápido a todas as contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de ampla publicidade dos gastos públicos realizados, deve ser levado em conta que a celeridade necessária para as aquisições em comento não significa uma atuação que possa, de alguma forma, contrariar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como demais preceitos que lhe sejam correlatos. Não se trata, assim, de autorização irrestrita para aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços, somente em razão de se estar em face de excepcional situação de emergência pandêmica;

CONSIDERANDO que em face da grave e urgente calamidade pública que assola o país e o mundo, decidiu a Lei, em observância ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, caput da CF/88, que não seria razoável exigir que o gestor público declinasse, em cada um dos processos de aquisição, os fatos e circunstâncias que são de conhecimento público e notório;

CONSIDERANDO que a celeridade buscada pelo legislador, ao mitigar algumas exigências previstas na sistemática da Lei nº 8.666/93, impõe ao gestor público e as entidades que desenvolvem serviço público assemelhado, o dever de cautela e de apuração das circunstâncias fáticas que orientam para eventual contratação direta sob tal fundamento;

CONSIDERANDO que Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul criou, em seu sítio eletrônico, um link para fornecer à população informações, notícias, boletins e documentos da Secretaria sobre a doença causada pelo coronavírus COVID-19 <https://www.coronavirus.ms.gov.br/>;

CONSIDERANDO que ao acessar tais dados verifica-se que não há nenhuma publicação, de fácil acesso por toda a população, das contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19, conforme determina a Lei Federal 13.979/2020;

CONSIDERANDO que de igual modo, nos sites da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul – SAUDE - MS (função pública), o Instituto Gerir, Instituto Acqua e Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde – IABAS (organizações sociais) – que possuem contratos com a SES/MS⁹ para gestão de serviços de saúde –, não há link específico disponibilizando informações sobre as contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19, em atenção a Lei Federal nº 13.979/2020;

⁹ <http://www.saude.ms.gov.br/organizacao-social-de-saude/>

CONSIDERANDO o descumprimento pela Secretaria de Estado de Saúde das disposições previstas no §2º, do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a vigente Constituição da República e a Constituição Estadual consagraram como princípio fundamental da Administração Pública a publicidade (CF, art. 37, *caput*), bem como garantiu o direito fundamental à informação (CF, art. 5º, inciso XIV);

CONSIDERANDO que o princípio da publicidade, enquanto transparência da gestão, possibilita maior controle social das contas públicas, facilitando a obtenção de dados relativos à gestão de pessoal, orçamentária e financeira e, conseqüentemente, reduzindo a margem de eventuais desvios, sendo, portanto, uma medida de caráter preventivo visando o direito fundamental a uma boa administração pública;

CONSIDERANDO que apesar de estarmos vivenciando um estado de calamidade pública, ainda persiste a necessidade da utilização de instrumento para garantir a transparência da gestão, disponibilizando informações sem a necessidade de prévia requisição;

Resolve: RECOMENDAR ao Secretário Municipal de Saúde de Guia Lopes da Laguna/MS:

A) Que proceda a disponibilização em seu sítio eletrônico de *link* específico de acesso onde deverão ser publicados, em tempo real e de forma fidedigna (sem omissões), todas as contratações e aquisições realizadas, contendo, no que couber, os nomes dos contratados, os números de suas inscrições na Receita Federal do Brasil (CNPJs), os prazos contratuais, os objetos e quantidades contratados, os valores individualizados contratados e os números dos respectivos processos de contratação ou aquisição;

DETERMINA, assim, que seja encaminhado no prazo de 10 (dez) dias úteis para o e-mail desta 2ª Promotoria de Justiça de Jardim (2pjjardim@mpms.mp.br), DOCUMENTO COMPROBATÓRIO do cumprimento desta Recomendação.

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Encaminhe-se para publicação no DOMP.

Jardim/MS, 13 de maio de 2020.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 011/2020

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000648-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Refúgio Ecológico Pousada Canaã.

Assunto: Apurar possível irregularidade no balneário Refúgio Ecológico Pousada Canaã, localizado no Município de Bodoquena-MS, consistente em descumprimento da Licença Ambiental nº 83/2019.

Miranda, 13 de maio de 2020.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRA
Promotora de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO**RECOMENDAÇÃO 0003/2020/01PJ/RRP**

SAJMP nº 09.2020.00000919-8

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu agente signatário que esta subscreve, no uso de suas atribuições, nos termos dos arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal; arts. 27, § único, inc. IV, da Lei Federal nº 8.625/93; e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 75/1994, autorizado a expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, e,

CONSIDERANDO que em resposta à grave situação epidemiológica instalada no país, a propósito da declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional pela OMS, em 30 de janeiro de 2020, e da declaração pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria MS nº 188, publicada em 03 de fevereiro de 2020, de estado de Emergência de Saúde Pública de importância Nacional, valendo da competência legislativa privativa para editar normas gerais de licitação e contratos, a União editou a Lei Federal nº 13.979/2020, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, estabelecendo hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação, a qual, por tratar-se de norma geral de licitação, é aplicável a todos os entes federados;

CONSIDERANDO que no “caput” e § 1º de seu art. 4º, já com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926/2020, a Lei Federal nº 13.979/2020 estabelece hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que, a respeito da regulação pertinente às aquisições pela Administração Pública trazida pela Lei nº 13.979/2020 (com as alterações dadas pela Medida Provisória nº 926/2020), pode-se concluir que:

- incide exclusivamente na aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos que tenham por finalidade o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, mostrando-se manifestamente inviável a aquisição, por meio de dispensa de licitação fundamentada na mencionada lei, de bens, serviços e insumos com finalidade diversa, sendo descabida qualquer interpretação extensiva da permissão legal;

- trata-se de espécie de lei excepcional, que tem sua vigência limitada ao período em que perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de forma que, uma vez cessada a emergência de saúde, que dependerá do contexto fático da unidade federativa que aplicar a norma, inviável se tornará a realização de dispensa de licitação com tal fundamento. A única ressalva a essa regra de temporariedade não diz respeito à hipótese de incidência para a realização da dispensa em si, mas apenas quanto à duração dos contratos pactuados sob a égide da novel lei, que perdurarão até o término de seu prazo de vigência, nos termos do artigo 8º, salvo hipótese de eventual rescisão;

- as informações pertinentes às aquisições realizadas deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e respectivo processo de contratação ou aquisição;

- excepcionalmente, quando houver demonstração inequívoca da existência de um único fornecedor para determinado bem ou serviço, será admissível a contratação de empresa que esteja com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso;

- admite-se a aquisição de bens e contratação de serviços, que envolvam equipamentos usados, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido;

- presumem-se atendidas, nas dispensas de licitação objeto da Lei Federal nº 13.979/2020, não havendo, portanto, necessidade de comprovação:

- ocorrência de situação de emergência;

- necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

- existência de risco à segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

- limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;

- quando se tratar de bens e serviços comuns, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (definição do artigo

3º, II, do Decreto Federal nº 10.024/2019), não será exigida a elaboração de estudos preliminares¹⁰;

- gerenciamento de riscos somente será exigível durante a fase de gestão do contrato (artigo 4º-D da Lei nº 13.979/2020);
- será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado, com os elementos constantes do artigo 4º-E, §1º, da Lei nº 13.979/2020;
- excepcionalmente e mediante justificativa expressa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços à que alude o artigo 4º-E, inciso VI, da Lei nº 13.979/2020¹¹;
- mediante justificativa nos autos, poderá o Poder Público contratar os bens e serviços objeto da Lei nº 13.979/2020 por valores superiores à estimativa realizada, em razão de oscilações ocasionadas pela variação de preços¹²;
- havendo restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, pode a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do artigo 7º da Constituição (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos);
- a vigência dos contratos limita-se a seis meses, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública; e
- admite-se previsão de que os contratados se obriguem a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até 50% do valor inicial atualizado do contrato.

CONSIDERANDO que por meio do quadro abaixo, elaborado a partir do Manual de Compras Diretas do Tribunal de Contas da União¹³, é possível uma visão geral e comparativa entre os comandos da Lei nº 8.666/93 e aqueles da Lei nº 13.979/2020:

LEI N.º 8.666/1993	LEI N.º 13.979/2020
<p>Art. 24. É dispensável a licitação:</p> <p>[...]</p> <p>IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;</p>	<p>Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.</p>

¹⁰ Como se sabe, os estudos técnicos preliminares, em brevíssima síntese, visam justificar a escolha da solução e sua viabilidade a ser futuramente adotada pela Administração Pública diante de outras diversas existentes no mercado. Como o tempo não permite que a Administração Pública nomeie uma equipe de planejamento e faça todos os atos necessários para um estudo técnico preliminar, a Lei nº 13.979/2020 acertadamente ponderou que ele poderá ser dispensado. Como dito alhures, os elementos vida e tempo são imprescindíveis para os resultados diretos e indiretos por cada contratação em tela. Ademais, sendo o estudo técnico preliminar um documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, tem-se que as contratações previstas na Lei 13.979/2020, dada a urgência, dispensarão a elaboração de alguns artefatos presentes nas contratações corriqueiras. Tal tratamento já foi dado na Instrução Normativa nº 05/2017, em seu artigo 20, parágrafo segundo, alínea “b”, ao se referir a contratações emergenciais. O próprio Decreto nº 10.024/2019, em seu artigo 8º, I, estabelece a presença do estudo técnico preliminar quando necessário https://www.zeniteneuws.com.br/legislacao-covid-19/contratacao_publica_extraordinaria_no_per%C3%ADodo_do_coronavirus_19.pdf

¹¹ 50. Por fim, a recentíssima Medida Provisória nº 926/2020 previu, (art. 4º-E, § 2º), que, 'Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços'. Tal dispositivo deve ser visto com extrema cautela pelo gestor e, se usado, deve restar demonstrada e atestada a excepcionalidade, bem como que foram esgotadas todas as tentativas que estão ao seu alcance. 51. Este subscritor não tem conhecimento técnico para análise dos preços, cabe exclusivamente à área um juízo meritório quanto aos preços encontrados para verificar aquele que melhor reflete valores exequíveis e factíveis para a Administração. Os aspectos técnicos da contratação, as razões de escolha do fornecedor e o preço, as questões de preços são de exclusiva atribuição da área conhecedora do objeto, cabendo ao assessoramento jurídico apenas observar a presença nos autos com o mínimo de razoabilidade. 52. É indispensável, entretanto, que a área técnica instrua os autos com as tentativas de obtenção de outros preços, dentro do possível. 53. 'Destarte, deverá constar dos autos da licitação dispensada a justificativa do preço, com base em prévia pesquisa de mercado, de modo que a Administração declare a razoabilidade dos preços que, se presente, autoriza a contratação. É preciso que se compreenda, definitivamente, que o fato de se tratar de uma situação de emergência, ainda que de saúde pública mundial, não deixa a sociedade (que necessita dos bens para proteção de vidas) refém de comportamentos eventualmente abusivos do mercado. Não raras vezes a Administração Pública depara-se com a prática de empresas que, aproveitando-se dos bens em jogo na situação de emergência (vida humana e saúde dos cidadãos), pratica preços excessivos, em comportamento enquadrável até mesmo em crime contra a economia popular, sentindo-se o gestor sem saída dos preços cobrados em face da necessidade pública premente'. (Consulta nº 16.198/2020, CSC/SEPLAG)

¹² Considera-se instrumento hábil para os exames dos preços contratados (para investigar sobrepreço ou confirmar o preço justo) a apresentação dos comprovantes de custos que empresa assumiu para executar o objeto (notas fiscais dos insumos, contratação de fretes, tributação, etc...). Mesmo que o preço final se mostre acima dos praticados nos últimos meses pelo mercado especializado, estará resguardado o gestor se naquela contratação houver comprovação de que o fornecedor não se aproveitou da situação calamitosa para praticar preços exorbitantes e causar dano ao erário em benefício próprio. Nesses casos, mesmo diante de clara evidência de prática de sobrepreço, se não houver alternativa ao fornecimento apresentado, a efetivação da contratação nas condições propostas pelo fornecedor será impositiva para que não haja prejuízo maior – de comprometimento de vidas humanas –, não havendo que se falar em responsabilização por esta conduta diante dos órgãos de controle. Recomenda-se, depois de consumada a contratação, que o gestor nessa situação certifique que está sendo vítima de abuso e que não dispõe de alternativa melhor, competindo-lhe representar os fatos ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, para adoção de providências. https://tcerio.tc.br/wp-content/uploads/2020/03/NOTA_TECNICA_23.03.2020_9h37min.pdf

¹³ Manual de Compras Diretas do TCU <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D71A8CEA96335>

A publicação dos atos deve obedecer às regras previstas nos artigos 26 e 61, p. único, da Lei nº 8.666/1993	Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. (Art.4º, § 2º)
Diante das condicionantes, e considerando seu conteúdo altamente casuístico, fica realçada a importância da motivação dos atos do gestor na correta aplicação da dispensa de licitação por emergência. Dessa forma, além da descrição detalhada de todas as circunstâncias fáticas que ensejam o tratamento da contratação como emergência, é necessário apresentar documentos que caracterizem a situação.	Presumem-se atendidas as condições de: I - ocorrência de situação de emergência; II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Art. 4º-B)
É necessária, para a execução de obras e para a prestação de serviços, no que couber, a realização de estudos preliminares. (Art. 7º, § 9º).	Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Art. 4º-C)
Apesar de menos formalista, em comparação com o processo licitatório, o processo administrativo para compra por dispensa de licitação possui vários requisitos essenciais ao alcance de suas finalidades de forma eficiente e econômica. Na verdade, o processo de compra direta muito se assemelha à fase interna de uma licitação. A elaboração das especificações técnicas do objeto e das condições da contratação ou fornecimento constitui elemento essencial na condução de qualquer processo administrativo para contratação. A sua importância está assim definida na Lei de Licitações, nos artigos 7º, § 9º e 15, § 7º.	Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado (Art. 4º-E).
Nas compras deverão ser observadas: I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca; II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimativa; III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material. (Art. 15, § 7º).	Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos, o termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá: I- declaração do objeto; II- fundamentação simplificada da contratação; III- descrição resumida da solução apresentada; IV- requisitos da contratação; V - critérios de medição e pagamento; VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: a) Portal de Compras do Governo Federal; b) pesquisa publicada em mídia especializada; c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; d) contratações similares de outros entes públicos; ou e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; VII - adequação orçamentária. (Art. 4º-E, §1º)
Constitui crime, com punição de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo. (art. 97)	Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Art.4º, § 3º)
	A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.(Art. 4º-A
O setor responsável pelo termo de referência deve realizar ampla pesquisa de preços, de forma detalhada, considerando, inclusive, preços praticados em outros entes da Administração. Essa estimativa constituirá o principal critério para escolha da proposta mais vantajosa para a Administração. Adota-se, no TCU, o mínimo de 3 (três) propostas para que a estimativa seja considerada válida. Dessas, admite-se a utilização de propostas de preços obtidas em lojas virtuais na Internet, bem como propostas obtidas por consulta pessoal à loja física ou por telefone.	Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput. (Art. 4º-E, § 2º) Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos. (Art. 4º-E, § 3º)

A administração consultará a documentação referente à regularidade fiscal do fornecedor, convocando, se for o caso, outros fornecedores, na ordem de classificação, até que o fornecedor convocado esteja com suas obrigações fiscais regulares.	Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Art. 4º-F)
A jurisprudência reiterada do TCU proíbe a prorrogação das contratações emergenciais. Na hipótese em que, mesmo celebrado o contrato emergencial, seu período de vigência não for suficiente para realização de nova licitação, cabe ao gestor a celebração de novo contrato emergencial	Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Art. 4º-H)
De acordo com o artigo 65, § 1º o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.	Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Art. 4º-I)
O art. 11, inciso XVIII, do Decreto nº 3.555/2000 dispõe que o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo. Já no pregão eletrônico, o artigo 45 do Decreto 10.024/2019 determina que a adjudicação do objeto e homologação do procedimento licitatório ocorrerá após decisão dos recursos.	Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo (art. 4º-G, §2º)
Nas situações de contratações de elevado valor (superior a 100 vezes o limite previsto no art. 23, I, “c” da lei) será necessária a realização de audiência pública prévia (art. 39 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/2002)	Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput (art. 4º-G, §3º)

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979/2020, ao regular a aquisição, pela administração pública, de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, preserva a necessidade da correta motivação, com as razões de escolha do fornecedor e do preço, conforme assentado no art. 26, incs. II e III, da Lei nº 8.666/93, não autorizando, em momento algum, que estas aquisições sejam desmesuradas e irracionais. Na verdade, o que se tem é uma inovação legislativa no intuito de assegurar maior celeridade e menor burocracia na rotina administrativa dos órgãos públicos, diante da excepcional situação de emergência decorrente da Pandemia do COVID-19, que exige rápida e eficiente resposta dos gestores públicos e eficaz controle dos órgãos de fiscalização;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, surge a necessidade de atuação dos sistemas de controle interno no acompanhamento, fiscalização e no auxílio aos órgãos públicos para a implementação das diretrizes impostas pelas circunstâncias (emergência sanitária), em especial no que diz respeito à necessidade de observância, pelos Municípios, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020, com a recomendação e o aval do Ministério Público para que o controle interno adote estratégias urgentes de atuação em matéria de contratações públicas calamitosas e emergenciais e, portanto, sem licitação, assegurando que somente ocorram desde que efetivamente se enquadrem nas especiais hipóteses legais;

CONSIDERANDO que razão das regras instituídas pela Lei nº 13.979/2020, as contratações administrativas devam ser amíúde acompanhadas pelos sistemas de controle interno dos Municípios, devendo o controlador interno adotar todas as providências necessárias para detectar inconformidades relacionadas às hipóteses de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que, em atenção ao princípio republicano, e à necessidade de salvaguardar os fins que legitimam a atuação do Poder Público, o legislador constituinte preconizou a todo ente federado, inclusive aos Municípios, submetam seus atos de gestão aos sistemas de controle interno (art. 31 da Constituição Federal), cujas atribuições foram desde logo fixadas pela própria Carta Política, dentre as quais, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do próprio ente político e dos órgãos e entidades da Administração a ele vinculados (arts. 70 e 74 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que as unidades de controle interno de cada um dos Poderes e órgãos do ente federado

devem atuar de forma coordenada, inseridas em sistema dotado, nos termos da Constituição Federal, de atribuições mínimas relacionadas à avaliação do “cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União”; à comprovação da legalidade e avaliação dos “resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades de direito privado”; e ao exercício do “controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União” (art. 74 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o legislador constituinte prevê, ainda, entre as funções precípuas do sistema de controle interno, o apoio aos órgãos de “controle externo no exercício de sua missão institucional” (art. 74, inc. IV, da Constituição Federal), decorrendo da atuação eficiente das instancias administrativas de controle interno a otimização do desempenho das funções constitucionais de órgãos de controle externo da Administração Pública, como os Tribunais de Contas do Estado e da União, assim como o próprio papel do Ministério Público e do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a normativa constitucional referente às atribuições dos órgãos de controle interno é refletida em diversos dispositivos infraconstitucionais que estabelecem relevantes funções para esta instância de controle, como os arts. 75 e segs., da Lei nº 4.320/64; arts. 6º, 13 e 14, do Decreto-Lei nº 200/67; arts. 1ª, 54 e 59, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e, mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e Lei do Marco regulatório do 3º Setor (Lei nº 13.019/2014), que atribuem aos órgãos de controle interno a tarefa de assegurar o cumprimento da lei e a gestão dos serviços de acesso à informação pública; conduzir processos administrativos de responsabilização de empresas envolvidas na prática de atos lesivos contra a Administração; e de fiscalizar as transferências voluntárias de recursos públicos às organizações de sociedade civil, respectivamente;

CONSIDERANDO que cabe ao sistema de controle interno alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que adote, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos e fatos inquinados de ilegalidade, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em dano ou prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quanto não forem prestadas as contas ou, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

CONSIDERANDO que a relevância do controle interno na detecção e correção de irregularidades administrativas, no aprimoramento da gestão pública, no recebimento de reclamações ofertadas por cidadãos e na promoção da transferência e do controle social, atividades todas que concorrem, de forma decisiva, para prevenção de ilícitos mais graves, como atos de corrupção e improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais e judiciais cabíveis, bem como fiscalizar a correta aplicação da legislação, conforme dispõem o art. 127, “caput”, e o art. 129, inciso III, ambos da CF/88;

CONSIDERANDO a necessidade de haver fiscalização dos atos da Administração Pública em todas as esferas, visando evitar a prática de atos de improbidade administrativa, o aumento do endividamento do Estado, notadamente no que pertine às contratações levadas e efeito sob a égide da Lei nº 13.979/2020;

RESOLVE, tendo em vista, portanto, que a contratação direta permanece sendo exceção e a realização de licitação a regra, mesmo que durante o período de calamidade pública de saúde decretada em razão da COVID-19, RECOMENDAR, com fulcro no art. 129, inc. III, da CF, e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 75/1994, ao SISTEMA DE CONTROLE INTERNO do Município de Ribas do Rio Pardo:

1) Verifique a formalização de processos de dispensa licitatória e/ou celebração ou execução de contratações diretas atestadas como emergenciais ou de calamidade pública em situações que não se enquadrem na Portaria nº 188/2020, do Ministério da Saúde e na Lei Federal nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020;

2) Verifique a contratação diretamente por dispensa de licitação na situação de emergência ou calamidade pública declarada, que tenha se dado sem que instaurado, instruído e finalizado procedimento administrativo que contenha todos os requisitos e pressupostos formais e materiais, de existência e de validade, tal como descritos nos termos desta recomendação e fundados na Lei Federal nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020;

3) Verifique se as contratações diretas (seja por dispensa seja por inexigibilidade) levadas e efeito em razão da

situação de emergência ou calamidade pública declarada, estabelecem, de maneira clara e objetiva, o seu fundamento - se no art. 24, inc. IV, da Lei Federal nº 8.666/93 ou se no art. 4º e seguintes da Lei nº 13.979/20;

4) Verifique a existência de contratação por dispensa de licitação, pautada na emergência ou calamidade pública declarada, que não cumpra as condicionantes do art. 4º da Lei nº 13.979/2020, principalmente e sem prejuízo às disposições da Lei nº 8.666/93, observado o seguinte:

- que o objeto licitado se refira tão somente aos bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;
- que a exigência de elaboração de estudos preliminares só seja dispensada quando se tratar de bens e serviços comuns;
- que, quando adotado o termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado, atenda-se ao art. 4º, §1º, da Lei 13.979/20;
- que a dispensa de estimativa de preços só seja dispensada de maneira excepcional, mediante justificativa da autoridade competente;
- que a dispensa de apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação – ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição – só ocorra de forma excepcional, na hipótese de haver restrições de fornecedores ou prestadores de serviço, mediante justificativa da autoridade competente;
- que seja respeitado o prazo máximo de duração dos contratos de 06 (seis) meses ou apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, o que ocorrer primeiro;

5) Verifique se foram declarados nulos pelo gestor público, depois de declarada a situação de emergência ou calamidade, processos de dispensa licitatória que contrariem os requisitos do art. 4º da Lei nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, art. 24, inc. IV e art. 26, “caput” e § único da Lei nº 8.666/93, quando aplicáveis, e demais dispositivos do mesmo diploma;

6) Verifique a elaboração, pelo Município, do plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, fundadas no art. 4º da Lei nº 13.979/2020 e art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93;

7) Verifique se estão sendo publicadas em sítio eletrônico específico no Portal da Transparência do Município todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro no art. 4º da Lei nº 13.979/2020 e no art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, em razão da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, declarada, conforme determina o art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.979/2020.

Para a execução das medidas de acompanhamento e fiscalização e no auxílio aos órgãos públicos para a implementação das diretrizes impostas pelas circunstâncias de emergência sanitária, em especial no que diz respeito à necessidade de observância, pelo Município, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020, deverá o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO do Município de Ribas do Rio Pardo adotar todas as medidas necessárias, procedendo conforme suas atribuições, levando ao conhecimento da autoridade administrativa as inconformidades de que tiver conhecimento, para adoção de providências, bem como representar ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público quando a autoridade administrativa não as adotar para atuação corretiva.

Nos termos do art. 8º, inc. IV e § 5º da LC nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União - c/c art. 80 da Lei nº 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público -, deverão ser encaminhadas, no e-mail institucional caopjpps@mpms.mp.br, a este órgão ministerial, informações acerca das providências adotadas para o cumprimento da presente recomendação, sobretudo os relatórios e notificações de inconformidades não sanadas pela autoridade administrativa competente.

Findo o período de emergência sanitária no âmbito do Município, deverá o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO enviar ao Ministério Público relatório circunstanciado das atividades de acompanhamento e fiscalização das medidas adotadas à garantia da lisura dos processos de contratação e execução dos correlatos contratos relacionados ao enfrentamento do COVID -19.

Cópia desta recomendação deverá ser enviada ao Prefeito Municipal, para conhecimento das medidas aqui adotadas, bem como para que disponibilize ao controlador interno condições adequadas ao desempenho de suas funções, garantindo-lhe acesso irrestrito a todas as informações, sistemas, bancos de dados e registros, permitindo, assim, a participação da controladoria interna no acompanhamento integral das despesas executadas a propósito da situação de

emergência sanitária vivenciada.

Cumpra-se.

Por fim, notifique-se o destinatário de que deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ, bem como informar a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento do presente, o acatamento ou não da presente e, em caso positivo, encaminhar cópia da documentação comprobatória.

Ribas do Rio Pardo, 12 de maio de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO 0004/2020/01PJ/RRP

SAJMP nº 09.2020.00000919-8

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça que esta subscreve, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que em resposta à grave situação epidemiológica instalada no país, a propósito da declaração de emergência de saúde pública de importância internacional pela OMS, em 30 de janeiro de 2020, e da declaração pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria MS nº 188, publicada em 03 de fevereiro de 2020, de estado de emergência de saúde pública de importância nacional, valendo da competência legislativa privativa para editar normas gerais de licitação e contratos, a União editou a Lei Federal nº 13.979/2020, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, acabando por instituir um regime especial de contratação pública, para vigor durante todo o período de pandemia;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979/2020, ao regular a aquisição, pela administração pública, de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, preserva a necessidade da correta motivação, com as razões de escolha do fornecedor e do preço, conforme o art. 26, incs. II e III, da Lei nº 8.666/93, não autorizando, em momento algum, que estas aquisições sejam desmesuradas e irracionais, podendo-se dizer que, na verdade, o que se tem é uma inovação legislativa no intuito de assegurar maior celeridade e menor burocracia na rotina administrativa dos órgãos públicos, diante da excepcional situação de emergência decorrente da Pandemia do COVID-19, que exige rápida e eficiente resposta dos gestores públicos e eficaz controle dos órgãos de fiscalização;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, surge a necessidade de atuação dos sistemas de controle interno, especialmente elencada no Sistema Administrativo de Compras, Licitações e Contratos, que tem por objetivo mitigar o risco de não execução dos contratos administrativos, ou de execução em desconformidade com as especificações e condições do contrato;

CONSIDERANDO que razão das regras instituídas pela Lei Federal nº 13.979/2020, as contratações administrativas devam ser amíúde acompanhadas pelos fiscais de contrato, adotando todas as providências necessárias para detectar inconformidades relacionadas às contratações públicas destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal aborda a necessidade de fiscalização contratual de maneira implícita, quando, em seu art. 37, inc. XXI, obriga a Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, Estados ou Municípios, a contratar obras, serviços, compras e alienações por meio de processo licitatório, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.666/93, regulamentando o art. 37, inc. XXI, da CF/88, dispõe sobre

normas gerais de licitações e contratações públicas, exigindo por meio do art. 67, que: “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.979/2020, em seu art. 4º-D, evidencia a necessidade de que os contratos administrativos que o tenham como base sejam objeto de fiscalização e gestão pelos agentes públicos especialmente designados pela Administração, nos termos do poder-dever constante do art. 58, inc. III, da Lei nº 8.666/93 e na forma do art. 67 e seguintes, do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO que, ademais, além do dever de gestão e fiscalização impostos aos agentes públicos designados para desempenhar a tarefa de fiscalização e gestão dos contratos, a Lei 13.979/2020, com vistas a viabilizar o controle social e otimizar o trabalho dos órgãos de fiscalização e controle, preconiza que as contratações sejam transparentes, recebam adequada publicidade e estejam acessíveis nos respectivos portais, conforme preceitua o art. 4, § 2º;

CONSIDERANDO que, neste sentido, o gestor deve formalmente designar um fiscal para que realize a verificação da correta execução do contrato, nos termos mandamentais do art. 67 da Lei. 8.666/93, não cabendo ao gestor à decisão de nomear ou não um fiscal conforme sua conveniência, pois ele está obrigado a fazê-lo (Nesse sentido: TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário);

CONSIDERANDO que a jurisprudência do TCE/MS entende que a administração pública deverá designar um representante legal com o fim de acompanhamento e fiscalização da execução de contratos administrativos¹⁴;

CONSIDERANDO que na designação de fiscal de contratos administrativos, a autoridade competente deve ter o cuidado de escolher servidores probos e que detenham capacidade técnica suficiente para verificar o efetivo cumprimento do objeto pactuado, sendo que a inobservância desses pressupostos poderá ensejar a responsabilização do designante, por culpa in eligendo e/ou culpa in vigilando, quando a ausência ou deficiência da fiscalização dos contratos acarretarem danos ao erário;

CONSIDERANDO que, portanto, a fiscalização dos contratos administrativos esta ligada especial e principalmente a eficiência desejada para a Administração Pública, estando inserida no bojo das atribuições do Sistema de Controle Interno dos órgãos/entidades da Administração, contribuindo fortemente para evitar a malversação e o desperdício de recursos públicos, além de identificar erros, evitar fraudes e preservar a integridade patrimonial do Estado;

CONSIDERANDO que a efetiva e eficiente fiscalização dos contratos administrativos possibilita a garantia do bom emprego das verbas públicas, contribuindo para o alcance dos princípios da economicidade e da eficiência esperados da Administração;

RESOLVE, tendo em vista a necessidade de fiscalização dos atos da Administração Pública, visando evitar a prática de atos de improbidade administrativa, o aumento do endividamento do Estado, notadamente no que pertine às contratações levadas a efeito sob a égide da Lei nº 13.979/2020, RECOMENDAR, com fulcro no art. 129, inc. III, da CF, art. 61, inc. X, da LC Estadual nº 72/1994, o quanto segue especificado:

Ao Prefeito do Município de Ribas do Rio Pardo:

a) DESIGNE fiscais para todos os contratos assinados pelo Município que envolvam a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, devendo a nomeação recair dentre servidores públicos que detenham capacidade e conhecimento técnico na matéria do contrato, fornecendo todos os meios necessários para o fiel cumprimento das funções;

b) PUBLIQUE o ato designatório do fiscal no local de praxe na Administração Municipal, cientificando o servidor acerca de sua nomeação, mas também veicule o ato no Portal da Transparência do Município, identificando, para cada contrato administrativo, o seu respectivo fiscal;

¹⁴ Neste sentido Processo TC nº 4682/2015, relator Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, julgado em 19.11.2019

c) **INFORME**, também mediante publicação no Portal da Transparência e no mural do Município, o contato telefônico e por e-mail do fiscal responsável, para que a população possa encaminhar queixas e reclamações diretamente ao fiscal de contratos, facilitando assim o controle social;

d) **VELE**, em caso de delegação da atribuição de indicar o fiscal do contrato para os Secretários das pastas temáticas, para que os Secretários observem, em relação aos fiscais nomeados, as providências acima expostas;

e) **GARANTA**, ao fiscal do contrato, conhecimento prévio e possibilidade de participação desde os primórdios do processo de contratação, quando da análise da viabilidade da licitação ou sua dispensa ou da feitura de edital, para que o fiscal possa compartilhar com os demais servidores envolvidos sua experiência pretérita na fiscalização de contratos (TCU, Acórdão 3016/2015);

f) **ESTABELEÇA**, mediante ato normativo adequado, fluxos e rotinas de comunicação entre o fiscal do contrato, o responsável pelo órgão municipal de controle interno, o Secretário da pasta relacionada ao contrato e o Prefeito Municipal, observando, ainda, que as notícias de problemas ou irregularidades na execução do contrato dirigidas pelo fiscal às autoridades superiores devem ser formalizadas em documento formal, escrito, datado e assinado;

g) **PROCEDA** à juntada de toda documentação que sustenta a atestação aos autos do processo de fiscalização e pagamento do contrato, junto à nota fiscal/fatura, para que possa ser autorizado o pagamento com segurança, evitando-se a utilização de simples carimbos ou fórmulas padronizadas e/ou pré-prontas de atestação, impondo-se que o fiscal atue concretamente para verificar se o serviço prestado ou os produtos entregues para Administração conferem com as previsões do contrato;

h) **ESTRUTURE e PRESERVE** os registros das comunicações recebidas do fiscal, relacionando-as com cada um dos contratos firmados pela Administração e, quando for o caso, com a instauração de procedimento administrativo formal destinado a averiguar o inadimplemento da contratada;

Ao (s) Fiscal (is) de Contratos do Município de Ribas do Rio Pardo:

a) **VERIFIQUE** se a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital de licitação e no instrumento de contrato e seus Anexos;

b) **VERIFIQUE** se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de imperfeições detectadas;

c) **VERIFIQUE** se o material fornecido ou utilizado guarda consonância com o oferecido na proposta e especificado pela Administração e se foram cumpridos os prazos de entrega;

d) **VERIFIQUE** a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;

e) **RECUSE** serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no Edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de contrato e seus Anexos;

f) **COMUNIQUE** por escrito ao gestor qualquer falta cometida pela contratada, formando dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual, a ser juntado no processo administrativo;

g) **RECEBA** todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

h) **DÊ CIÊNCIA** ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

i) **RECEBA e CONFIRA** a nota fiscal emitida pela contratada, atestar a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;

j) CONFRONTE os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

k) COMUNIQUE imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

l) RECEBA provisoriamente o objeto do contrato, quando for o caso, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes contratantes;

Fica estabelecido o prazo de 03 (três) dias úteis para que seja informado pelo Prefeito Municipal e pelo Fiscal de Contratos ao Ministério Público o acatamento ou não da recomendação e as providências adotadas, esclarecendo, de forma clara e objetiva, os procedimentos administrativos tomados, prazos, órgãos e agentes responsáveis, bem como demais informações pertinentes.

Ressalte-se que, a partir da data de entrega da presente recomendação, o Ministério Público considera seus destinatários como pessoalmente cientes da situação ora exposta e, nesses termos, passíveis de responsabilização por quaisquer eventos futuros imputáveis à sua eventual omissão.

Por fim, faz-se impositivo constar que a presente recomendação não esgota a atuação do Ministério Público sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação aos entes públicos com responsabilidade e competência no objeto.

Dê-se ciência da presente recomendação ao Tribunal de Contas do Estado e à Controladoria Interna do Município.

Encaminhem-se cópia desta recomendação para que fins de publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Por fim, notifique-se o destinatário de que deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ, bem como informar a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento do presente, o acatamento ou não da presente e, em caso positivo, encaminhar cópia da documentação comprobatória.

Ribas do Rio Pardo, 12 de maio de 2020.

GEORGE ZAROOUR CEZAR
Promotor de Justiça

TERENOS

EDITAL Nº 0020/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2020.00000264-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade na contratação de servidor lotado na UBS Central do Município de Terenos-MS.

Terenos/MS, 01 de abril de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0022/2020/PJ/DPS.

Inquérito Civil Nº 06.2020.00000601-3.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000601-3, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Anônimo.

Interessado: Hospital Municipal Cristo Rei de Deodápolis/MS, Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Objeto: Apurar eventuais irregularidades no transporte de pacientes do Hospital Municipal Cristo Rei para as denominadas "vagas zero" no Município de Dourados/MS.

Deodápolis/MS, 13 de maio de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0023/2020/PJ/DPS.

Inquérito Civil Nº 06.2020.00000600-2.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000600-2, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Anônimo.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Objeto: Apurar eventual irregularidade no Processo Licitatório nº 122/2019 e no Pregão Presencial nº 071/2019 realizados para a aquisição futura de medicamentos éticos, genéricos e similares de A a Z da tabela da ABCFARMA, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 13 de maio de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0024/2020/PJ/DPS.

Inquérito Civil Nº 06.2020.00000458-1.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000458-1, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis.

Objeto: Apurar o valor pecuniário, a ser ressarcido pelos vereadores da Câmara Municipal de Deodápolis/MS ao erário local, em virtude do recebimento indevido, por serviços não prestados, nos anos de 2013 e 2014, em decorrência de faltas injustificadas às sessões legislativas.

Deodápolis/MS, 13 de maio de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0025/2020/PJ/DPS.

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001710-0.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001710-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Interessado: Sebastião Nobres da Silva, Ivaci Pires de Carvalho, Itamar Antônio Gazola, José Sinvaldo dos Santos, Eliane Regina Siena e Rosemir de Souza Lima.

Objeto: Apurar o uso, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares, de um poço semi-artesiano, localizado no Distrito de Lagoa Bonita, destinado à agricultura familiar, com recursos oriundos do PRONAF, bem como o uso sub-reptício de energia elétrica custeada pelo Município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 13 de maio de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça